

Capítulo I - O convencionalismo de Hermógenes

Como já dissemos, Platão coloca nas falas do personagem Hermógenes um pensamento que é tipicamente relacionado à sofística; e Sócrates, ao longo do diálogo, fará de tudo para deixar esta associação explícita. Contudo, Platão não nos apresenta um sofista convicto ou radical; pelo contrário, Hermógenes parece ser mais um curioso e ingênuo receptor de ideias divulgadas no senso-comum da época; ele que, no início do diálogo, aparenta estar angustiado frente ao enigmático Crátilo, que apresenta uma teoria sobre a correção dos nomes oposta à sua, mas não a esclarece totalmente. E Hermógenes, ao pedir a ajuda de Sócrates para interpretar o “oráculo de Crátilo²⁷” (*ten Kratylou manteian*), diz que poderia mudar de ideia caso alguém lhe expusesse coerentemente uma outra teoria acerca do assunto.

E logo depois do início do diálogo, Hermógenes diz²⁸ que muito já tem conversado com os sofistas e outros mais sobre esse assunto, e dessas conversas ele concluiu que a correção dos nomes se funda na convenção (*syntheke*) e no acordo (*homologia*).

Para melhor compreendermos os detalhes da tese defendida por Hermógenes aqui, adotaremos a seguinte organização do que é dito por este personagem:²⁹

(1) “[...] e que [não] é nome aquilo pelo que alguns chamam algo, acordando em chamá-lo assim (*synthemenoí kalein kalosi*), e enunciando uma parcela da sua voz [...]” (383a6-7)

(2) “[...] e não sou capaz de me deixar persuadir de que a correção dos nomes seja outra coisa para além da convenção (*syntheke*) e do acordo (*homologia*).” (384c10-d1)

(3) “Parece-me que aquele nome que alguém puser em (*thetái*) uma coisa, esse será o nome correcto; e se de novo o mudar (*metathetái*), e já não a chamar (*kale*) por aquele, o segundo em nada será menos correcto do que o primeiro, como nós mudamos o nome dos nossos criados domésticos, sem que o nome para que mudámos seja menos correcto do que aquele que primeiramente lhes fora posto (*tou proteron keimenou*). De facto, nenhum

²⁷ 384a

²⁸ 384c-d.

²⁹ Esta divisão é apresentada por Rachel Barney em *Plato on Conventionalism*.

nome pertence por natureza (pephykenai physei) a nenhuma coisa, mas é estabelecido por lei (nomos) e pelo costume (ethei) daqueles que o usam, chamando as coisas.” (384d2-9)

(4) *“Aquele nome que alguém estabeleça dar (the kalein) a cada coisa, será o nome de cada coisa?*

- É o que me parece.

Quer tenha sido um particular (idiotes) ou uma cidade (polis) a dar-lhe (kale) esse nome?

- Sim.

Mas então, se eu der (kalo) um nome a uma coisa, por exemplo se chamar (prosagoreuo) cavalo àquele a que agora damos o nome (kaloumen) de homem, e homem àquele a que damos o nome de cavalo, será o nome disso homem para as pessoas em geral (demosia) e cavalo para mim em particular (idia)? E, no outro caso, homem para mim em particular e cavalo para as pessoas em geral? É isso que queres dizer?

- É o que me parece.” (385a2-b1)

(5) *“E o nome que cada um diz (phe) ser o nome de cada coisa, esse será o nome dessa coisa?*

- Sim.

E todos os nomes que alguém disser (phe) que são nomes de cada coisa, sê-lo-ão enquanto os disser?

De facto, ó Sócrates, tenho para mim que não há outra correcção dos nomes senão esta, ser cada coisa para mim chamada (kalein) por um nome, aquele que eu lhe pus (ethemen), e para ti por outro, aquele que tu lhe puseste; e da mesma maneira vejo as cidades atribuírem nomes particulares (idia) às mesmas coisas, e os gregos darem nomes diferentes dos que dão outros gregos, e os gregos darem nomes diferentes dos que dão os bárbaros.” (385d2-e3).

Rachel Barney apresenta essa divisão com a intenção de analisar cuidadosamente o que podemos concluir dos argumentos dados por Hermógenes, e serão os comentários desta autora, e de outros comentadores, que orientarão a nossa apresentação da tese convencionalista. De maneira geral, a autora tenta revelar a coerência e validade do convencionalismo apresentado por Hermógenes; mais do que isso, Barney faz uma defesa da tese de Hermógenes frente aos diversos comentadores que lhe deram pouca seriedade ou até mesmo desconsiderando-a enquanto uma tese sobre a correção dos nomes. Como veremos, a autora revela que a tese de Hermógenes é bem articulada e inteligível, e o que a torna incoerente e, talvez, absurda é o modo como Sócrates

direciona as suas conclusões. Ao modo clássico de seu *elenchos*, Sócrates faz com que o interlocutor aceite e afirme coisas que dilaceram a sua tese inicial.

Faremos, agora, algumas considerações sobre essa tese de Hermógenes e a refutação que Sócrates faz dela. Há um risco iminente de, ao analisarmos isoladamente um trecho de qualquer diálogo platônico, estagnar o fluxo do diálogo e não percebermos o seu papel no conjunto de argumentos apresentados. Consoante a isto, Goldschmidt prefere intitular esta parte do diálogo de “Fundamentos da teoria da linguagem ideal” ao invés de “Refutação da tese convencionalista”³⁰, pois o mais importante para esse autor não é esgotarmos o que é dito por Hermógenes, mas sim analisarmos o modo como Sócrates manipula os seus argumentos. Ou seja, para Goldschmidt há um duplo objetivo nessa parte do diálogo: atacar a tese de Hermógenes e fundar os alicerces que possibilitarão o estabelecimento da teoria da linguagem ideal. Tendo isso em mente, faremos comentários sobre a tese de Hermógenes sem nos esquecermos de refletir sobre seu papel frente ao objetivo geral do diálogo.

A tese defendida por Hermógenes pode ser resumida da seguinte maneira: a correção dos nomes só pode ser fruto de uma lei (*nomos*) e costume (*ethos*) estabelecidos pelos homens através de convenções e acordos. Cabe a cada sociedade, arbitrariamente, fundar e estabelecer as normas do uso dos nomes, isto é, não há nenhuma norma exterior à decisão humana que coordene esta prática.

Como foi dito anteriormente, Platão, ao apresentar a tese de Hermógenes, nos coloca no centro de uma discussão amplamente disseminada na época dos sofistas; e essa postura de reivindicar, para os homens, o poder de criar suas próprias regras sociais e religiosas é característica de tal época. Noções do tipo o que é certo ou errado, justo ou injusto, verdadeiro ou falso, passam a ser questionadas e vistas como relativas, e não como universalmente válidas. E a oposição entre *nomos* e *physis* que inicialmente estava ligada às discussões políticas, acabou se alastrando por diversos aspectos da vida social, a ponto de ser levada aqui no *Crátilo* a uma discussão sobre os nomes. Por fim, poderíamos dizer que os dois termos são diametralmente contrários: enquanto um propaga a arbitrariedade das leis e das regras, o outro entende que devemos seguir as leis necessárias impostas pela natureza. Voltemos, agora, aos argumentos apresentados por Hermógenes.

³⁰ P.43 e 44.

Na tentativa de auxiliar Hermógenes na discussão com Crátilo e chegar a uma definição válida sobre a correção dos nomes, Sócrates começa a analisar os fundamentos da versão convencionalista. Nas passagens (1) e (2), Hermógenes apresenta sucintamente a sua compreensão sobre o tema; e nestas passagens o personagem lança as bases de sua argumentação. Como já salientamos, o que funda o convencionalismo de Hermógenes é a sua crença de que os usos dos nomes são pautados em acordos criados pelos homens.

Em (3), temos uma primeira elucidação da tese e aqui começam a surgir as primeiras complicações. Como para Hermógenes não há um critério exterior que determine os nomes das coisas, caberá, então, aos homens decidir qual será o nome de determinada coisa. Ou seja, se há um objeto *X* e um nome *Y*, será um acordo entre os homens que decidirá que o nome *Y* se refere ao objeto *X* e, por fim, estaríamos usando corretamente o nome *Y* quando visarmos o objeto *X*. O que há de novidade no argumento (3) é o fato de que ao alterarmos o nome de *X* para *Z*, este último nome não será menos correto que o primeiro, isto é, se for decidido que *X* não mais será chamado de *Y* e sim *Z*, este será o nome correto de *X*. Com isso percebemos que para Hermógenes não há uma relação intrínseca entre um nome e uma coisa, ou melhor, para Hermógenes não há uma relação fixa (um critério ou um paradigma) que valide a universalidade da aplicação do nome *Y* a um objeto *X*. A decisão de *X* ser chamado de *Y* é arbitrária e esta arbitrariedade permite que possamos trocar livremente, sem qualquer prejuízo de compreensão ou de correção, o nome de *X*. Consoante a isso, qualquer nome, bastando apenas que haja um acordo sobre isto, pode ser o nome de *X*. Isso é exatamente o oposto do que Crátilo defende, pois para ele cada coisa tem apenas um único nome por natureza. Enfim, para Hermógenes é no uso, através da lei e do costume, que é estabelecida a correção dos nomes.

Então, podemos perceber que quatro são os termos centrais da tese de Hermógenes: convenção (*syntheke*), acordo (*homologia*), lei (*nomos*) e costume (*ethos*). Cada palavra, à sua maneira, faz menção ao estabelecimento de, digamos assim, regras levando-se em conta o uso e a prática rotineira de determinada ação.

Depois de Hermógenes ter feito essas considerações, Sócrates, em 385a, inicia a sua refutação da tese convencionalista. E em (4), vemos o diálogo em que Hermógenes é levado a aceitar a existência de um tipo de nomeação que é particular - restrita a um

determinado sujeito ou grupo - e outra pertencente à cidade. Mais do que isto, Sócrates faz com que Hermógenes assegure a validade dos dois mesmo quando há discrepâncias. É o caso do exemplo dado por Sócrates: quando há uma nomeação privada que chama de cavalo aquilo que na cidade é homem, e vice-versa, chamando o cavalo pelo nome 'homem'. Aqui Sócrates leva Hermógenes a acreditar que tanto a nomeação particular quanto a da cidade são corretas, pois a conclusão tirada por Sócrates do convencionalismo de Hermógenes é a de que qualquer nome dado por alguém a uma coisa será o nome correto desta coisa.

Por fim, em (5) temos a última consideração de Hermógenes e, nessa passagem, o personagem reafirma a validade da nomeação privada. Aqui ele fala, também, da diferença dos nomes entre os próprios gregos e destes em relação aos bárbaros.

São esses os trechos que apresentam a tese de Hermógenes e depois de dito isso ele passa a representar a figura de um jovem curioso e diligente na argumentação guiada por Sócrates. Dentre os comentadores, podemos notar uma divisão entre, os que pensam que Hermógenes divulga uma tese ingênua e incoerente, e outros, que tentam salvaguardar o convencionalismo deste personagem, a partir, principalmente, da separação entre o que é dito por Hermógenes e o que este personagem é levado a afirmar por Sócrates.

Entre os primeiros, tem-se a ideia de que essa teoria defensora da nomeação privada, isto é, que cada sujeito pode decidir o nome de determinada coisa, desemboca numa simplória teoria Humpty-Dumpty³¹ da nomeação. É o caso de Charles Kahn, que diz que pela confusa tese de Hermógenes não podemos perceber uma distinção entre uma séria visão da linguagem, como uma instituição social, e uma teoria Humpty-Dumpty da linguagem. Nas palavras do autor:

“A exposição da tese convencionalista feita por Hermógenes é com certeza muito confusa, uma vez que não é feita a distinção entre uma simplória teoria Humpty-Dumpty acerca da nomeação (‘O nome de x é o que eu quiser chamá-lo) e a visão mais

³¹ No livro, *Alice no país das Maravilhas*, de Lewis Carroll há o seguinte diálogo entre Alice e Humpty-Dumpty:

“Quando eu uso uma palavra, disse Humpty-Dumpty num tom bastante desdenhoso, ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos. A questão é, disse Alice, pode-se fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes. A questão, disse Humpty-Dumpty é saber quem vai mandar, só isto.”

CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. P.245.

séria da linguagem como uma instituição social, com a correlação nome-coisa estabelecida pela tradição de uma linguagem particular.”³²

Haveria para Kahn um conflito entre as ideias apresentadas por Hermógenes em (1), (2) e (3), e em (4) e (5). Por um lado, teríamos uma aceitável teoria mantenedora da ideia de que os nomes são formados pelas convenções e acordos sociais, e, por outro lado, uma concepção radical e ingênua que afirma a possibilidade de qualquer homem dar o nome que quiser a um objeto e poder considerar este nome como sendo o nome correto daquele objeto. Isso faz com que no todo não possamos retirar da exposição de Hermógenes uma teoria que se sustente. O fato, então, de Hermógenes ter em (4) e (5) aceitado, induzido por Sócrates, a validade da nomeação privada, fez com que sua tese inicial ficasse deformada. Sobre isto, Weingartner, em seu artigo *Making sense of the Cratylus*, diz:

*“Sob o questionamento socrático, a tese de Hermógenes, com a sensata referência ao aspecto convencional da linguagem, rapidamente se torna tão deformada que é dificilmente qualificada como uma tese sobre a linguagem. Com efeito podemos notar que essa posição Humpty-Dumpty falha ao explicar a função central da linguagem: a comunicação de pensamentos entre as pessoas”.*³³

De acordo com o autor, o convencionalismo de Hermógenes, ao aceitar a validade de uma linguagem privada, culmina com a impossibilidade de qualquer tipo de comunicação, pois não seria possível uma compreensão entre interlocutores que não possuem uma comunhão lexical, que é a condição de possibilidade do desenvolvimento de qualquer diálogo. Para Weingartner, então, se Hermógenes estiver certo, não poderia haver uma atividade como a dialética e, por conseguinte, o caminho para a verdade estaria vedado. Por isso, Sócrates, segundo esse autor, se lança avidamente à refutação do convencionalismo.

Richard J. Ketchum³⁴ também acredita que a ambiguidade do argumento de Hermógenes está no fato de ele aglomerar em apenas uma tese dois tipos distintos de

³² *“Hermogenes’ statement of the convention-thesis is of course dreadfully confused, since he makes no distinction between the silly Humpty-Dumpty theory of naming (‘The name of x is whatever I call it’) and the more serious view of language as a social institution, with word-thing correlations conventionally established by tradition of a particular language.”* Charles Kahn, “Language and ontology in the *Cratylus*” in *Exegesis and Argument*, ed. e.N. Lee, A.P.D. Mourelatos, R.M Rorty (New York, 1973), pp. 158-9. Op.cit. Rachel Barney, p.143-4.

³³ *“Under Socrates’ questioning, Hermogenes’ view, with its sensible reference to a conventional aspect of language, quickly becomes so deformed that it hardly qualifies as a view of language at all. For we might note that this Humpty Dumpty position fails to take into account a central function of language: the communication of thoughts by one person to others.”* P.7.

³⁴ *True and false names in the “Cratylus”.*

convencionalismo: um ingênuo, o que diz que precisamos apenas chamar uma coisa por um nome qualquer para fazer deste nome o nome correto daquela coisa; e um mais sofisticado, em que é preciso um acordo ou convenção para que um determinado nome se refira a uma coisa. Tanto esse autor quanto Charles Kahn³⁵ acreditam que é o convencionalismo ingênuo que Platão visa refutar nos argumentos contra Protágoras e Eutidemo (385e4-386e4); já no restante do diálogo, seria o outro convencionalismo que estaria em questão.

Estes são apenas alguns dos comentadores que sustentam a ideia de que a tese apresentada por Hermógenes é grosseira e insustentável³⁶. Apesar de existirem diferenças entre as interpretações dos autores citados acima, podemos agrupá-los em um mesmo bloco: esses defendem a ideia de que a concepção de Hermógenes, em relação à correção dos nomes, é do tipo “tudo é permitido”. Segundo esta compreensão, todos os atos de nomeação são válidos e todos nós somos mestres de nossa própria linguagem privada.

Como foi dito acima, há, também, um grupo de comentadores que tentam salvaguardar a tese de Hermógenes. Traremos, agora, alguns dos importantes argumentos destes autores antes de retornarmos para a argumentação do diálogo.

Autores como David Sedley, Simon Keller, Timothy Baxter e a já citada Rachel Barney são alguns que tentaram produzir uma reabilitação de Hermógenes. De uma maneira geral, estes autores buscam revelar que a teoria de Hermógenes não é tão absurda quanto parece. Simon Keller diz, por exemplo, que: “*A teoria convencionalista de Hermógenes acerca da nomeação é bem sensata, e não é refutada por Sócrates.*”³⁷ E, ao longo de seu artigo, Keller apresentará possíveis respostas que Hermógenes poderia fornecer às refutações feitas por Sócrates. Keller, assim como David Sedley, aceita as argumentações de Barney para reabilitar a tese de Hermógenes; segundo esta autora, podemos classificar o convencionalismo de Hermógenes como uma visão conservadora em relação aos nomes, visto que para tal personagem todos os nomes atuais e definidos, ou seja, todos aqueles que são socialmente reconhecidos como

³⁵ Op.cit. 158-9.

³⁶ Rachel Barney, nas páginas 144 e 145, lista mais alguns outros comentadores.

³⁷ “*Hermogenes’ conventionalism theory of naming is quite sensible, and is not refuted by Socrates.*” *An interpretation of Plato’s ‘Cratylus’*, p.284.

nomes, são corretos. Essa autora justifica a sua postura de entender assim o convencionalismo de Hermógenes da seguinte maneira:

*“Essa interpretação do convencionalismo de Hermógenes como sendo essencialmente conservador, é uma espécie de defesa de sua posição contra leituras que a retratam como incoerente, subjetivista ou claramente tola. E também faz do convencionalismo um ponto de partida que será rapidamente transposto, não sendo de modo algum um competidor equiparado ao naturalismo no pensamento de Platão acerca da linguagem”*³⁸

O principal passo que Barney dá para formular essa defesa da tese de Hermógenes é o de afirmar que ele distingue duas ações em relação ao uso correto dos nomes: há a ação de chamar ou evocar (*kalein*) algo por um nome que já foi imposto a esta coisa; e há, também, a ação de estabelecer ou impor o nome (*thesis, tithenai*) de uma determinada coisa. É nítido que uma ação deve preceder a outra, ou seja, é preciso que primeiro haja o estabelecimento do nome de uma coisa para que possamos nos referir a esta coisa a partir daquele nome imposto.

Feita essa distinção, a autora retorna ao texto e diz que tal distinção pode ser percebida em diversos momentos das falas de Hermógenes. Em (1), por exemplo, Hermógenes, para se contrapor à ideia de Crátilo, declara o seguinte acerca da correção dos nomes: *“que [não] é nome aquilo pelo que alguns chamam algo, acordando em chamá-lo assim (synthemenoí kalein kalosi)”*. Há o ato de impor um nome através de um acordo social e outro ato de se referir a determinada coisa seguindo a imposição estabelecida. Já em (3), é dito que o nome que qualquer pessoa *“puser (thetái) em uma coisa”* será o nome correto dessa coisa e *“se de novo o mudar (metathetái), e já não lhe chamar (kale) por aquele”* esse novo nome será agora o nome correto dessa coisa. Aqui temos novamente explícita a distinção entre impor um nome e chamar pelo nome, de modo que a ação de alterar o nome é entendida como um ato de impor novamente (*metathetái*) um nome a determinada coisa. Barney analisa, ainda, alguns pontos das outras passagens. Contudo, com o que foi dito aqui já podemos entender o cerne dessa interpretação.

Um argumento utilizado pela autora para justificar essa distinção entre as ditas ações é a natureza do verbo *tithenai* e os seus cognatos. Este verbo diz respeito a uma

³⁸ *“This interpretation of Hermogenes’ conventionalism as essentially conservative amounts to something of a defense of his position against readings which portray it as incoherent, subjectivist or just plain silly. But it also makes conventionalism a starting-point soon to be transcended, in no way an equal competitor with naturalism in Plato’s thinking about language.”* p.146.

determinada ação que realiza um estabelecimento primordial. No próprio *Crátilo*, quando Platão nos apresenta a atividade do artesão dos nomes (*onomatourgo*³⁹), esta atividade trata exatamente do ato de estabelecer os nomes⁴⁰. Ainda no *Crátilo*, no auge de suas especulações etimológicas, Platão narra a origem de algumas palavras como sendo formadas ou estabelecidas (*tithemenoi*) por povos antigos⁴¹. Barney cita, também, o uso dessa palavra em outros trechos fora do *Crátilo*, como, por exemplo, em Parmênides, Pitágoras e Epicuro. A ideia da autora é firmar a diferença entre a ação descrita pelo verbo *tithenai* e a descrita pelo verbo *kalein*, para daí marcar uma distinção, como vimos, importante para a compreensão da tese de Hermógenes.

Em resumo, podemos afirmar que Rachel Barney diz sobre o convencionalismo algo que parece implícito no próprio texto: tal convencionalismo de Hermógenes não é do tipo “tudo é permitido”, pois nele podemos perceber dois tipos distintos de ações, com critérios diferentes de correção, em relação à nomeação: há o ato de “batizar” algo com um nome e o ato de aplicar ou usar este nome que foi escolhido. No primeiro, realmente “tudo é permitido”, pois todo e qualquer batismo é correto, conforme dito em (3). Todavia, esse “batismo” estabelece as normas para o uso dos nomes e, então, o uso é correto apenas quando segue as normas estabelecidas. E ainda mais, cada “batismo” é válido apenas enquanto não houver um novo que modifique as normas estabelecidas.

Como resultado disso, demonstra-se que a tese de Hermógenes não é absurda nem incoerente, e diferentemente do que alguns comentadores pensam, Barney acredita que o convencionalismo de Hermógenes não impossibilita qualquer tipo de comunicação e, por sua vez, não impede a discussão filosófica. A validação da nomeação privada – o que para alguns é o que culminaria na impossibilidade da comunicação – que Hermógenes faz não é nem radical nem subversiva. O fato de podermos arbitrariamente impor nomes às coisas, não significa que não seguiremos os nomes impostos por nossa comunidade a partir das convenções e dos acordos. Estes dois âmbitos da nomeação podem conviver harmoniosamente⁴². Enfim, Rachel Barney não entende a aversão e a

³⁹ Como nota - página 203 nota 46 - Catherine Dalimier, este termo é um *hapax* em Platão, ou seja, esta é a única aparição desta palavra em todas as obras deste filósofo.

⁴⁰ *Tithenai*, 389d6ss., *thesesthai*, 390d5, *thesis* d8.

⁴¹ 411b4-5.

⁴² Para mais comentários de Barney sobre esta nomeação privada, ver páginas 153-155.

hostilidade sentida pelos comentadores na recepção dessa ideia de uma nomeação privada⁴³.

E mais, diferentemente do que se pensa, a tese de Hermógenes não extingue o erro. Há erro quando não utilizamos os nomes conforme as convenções estabelecidas. Já no caso da nomeação privada, se decidimos utilizar o nome “cavalo” para nos referirmos ao que a comunidade chama de “homem”, cometeremos um erro quando não utilizarmos esta convenção estabelecida particularmente, ou seja, quando nos referimos a um homem usando a palavra “homem” e não “cavalo”.

Para concluir a apresentação da interpretação de Barney, é preciso dizer que para a autora o que levou o grande número de comentadores à concepção “tudo é permitido” de Hermógenes foi o modo como Sócrates direcionou os argumentos deste personagem, associando-o ao relativismo ou subjetivismo de Protágoras e, por sua vez, a um convencionalismo onde cada um pode propor os termos que quiser e considerar estes como sendo corretos. Ou seja, Sócrates transforma Hermógenes em um convencionalista radical e será frente a este convencionalismo radical que Sócrates irá direcionar a sua refutação.

Goldschmidt⁴⁴ compartilha dessa mesma ideia. Para ele, é Sócrates, e não o próprio Hermógenes, que leva o convencionalismo a sua consequência extrema. A distinção que Hermógenes faz em (4) entre um nome oficial (*demosia*) e um nome privado (*idia*) não culmina na concepção de que estes são necessariamente conflituosos, ou seja, o desacordo entre a convenção coletiva e as decisões individuais não é uma implicação direta da tese convencionalista. Goldschmidt entende que, e isto fica mais claro em (5), Hermógenes admite sim um relativismo entre indivíduos, cidades e povos. Com isso, podemos dizer que não é uma concepção de Hermógenes promulgar a liberdade da nomeação privada para transgredir e, então, invalidar a convenção oficial.

Acreditamos que esses argumentos de Rachel Barney, assim como de outros comentadores que visam salvaguardar as teses expostas por Hermógenes, sejam interessantes para enriquecer nossas reflexões sobre o diálogo. Contudo, faz-se importante não perdermos o contato com o desenvolvimento das ideias do diálogo. Na refutação que Sócrates faz ao convencionalismo de Hermógenes, notaremos que ele está

⁴³ Nota 20, página 155.

⁴⁴ p.45-6.

formando as bases para a sustentação da teoria naturalista dos nomes. E, então, nesse momento do diálogo, percebemos que Sócrates está empenhado em endossar a tese de Crátilo. E mais, é imprescindível analisar o modo como Platão irá desenvolver a refutação das teses de Hermógenes, ou o modo como Sócrates manipula essa tese, para daí podermos extrair possíveis reflexões platônicas acerca da linguagem

Em função disso tudo, passaremos agora a analisar os argumentos expostos por Sócrates para refutar o convencionalismo de Hermógenes.

A refutação de Sócrates será realizada em três momentos:

(I) Um discurso (*logos*) pode ser verdadeiro ou falso (385b2-d1).

(II) As coisas possuem uma natureza estável (*auta auton ousian ekhonta tina bebaion esti ta pragmata*) (386d-387c).

(III) O nome (*onoma*) é uma espécie de instrumento (*organon*) (388a-390e).

Por sua vez, cada movimento tem uma argumentação diferente. Percorreremos, agora, esses movimentos.

(I) Um discurso (*logos*) pode ser verdadeiro ou falso (385b2-d1)

Depois de Sócrates ter feito Hermógenes, em (4), aceitar a validade das discrepâncias existentes entre as convenções oficiais (*demosia*) e as particulares (*idia*), inicia-se uma argumentação que visa enunciar a ideia de que os nomes podem ser verdadeiros ou falsos. A fim de comprovar isso, Sócrates direciona a argumentação da seguinte maneira:

(I.1) Um discurso (*logos*) pode ser verdadeiro ou falso (385b5).

(I.2) As menores partes de um discurso verdadeiro são, também, verdadeiras (385c5).

(I.3) As menores partes de um discurso são os nomes (*onoma*) (385c8).

(I.4) Os nomes, enfim, são tidos como sendo partes de um discurso (385c10).

(I.5) E os nomes ditos como partes de um discurso verdadeiro serão verdadeiros (385c12).

(I.6) Por conseguinte, as partes de um discurso falso serão falsas (385c14).

(I.7) Então, os nomes podem ser falsos (385c16).

Aqui Platão trata, de maneira sucinta, de um tema – da falsidade e do não-ser - de central importância para o seu pensamento e que estava no centro das investigações filosóficas desde Parmênides até os sofistas. Contudo, será apenas no *Sofista*⁴⁵ que Platão se debruçará de modo mais extenso sobre esse tema. Aqui no *Crátilo*, Sócrates define o discurso verdadeiro e o falso da seguinte maneira: “*Assim sendo, aquele que diz as coisas como são, é verdadeiro; e aquele que as diz como não são, é falso? (ar’oun houtos hos an ta onta lege hos estin, alethes; hos d’na hos estin, pseudes?)*”⁴⁶

Aliás, esse tema da falsidade ou erro dos nomes retornará mais a frente no diálogo, quando Sócrates estiver argumentando com Crátilo⁴⁷ a favor da ideia de que os nomes podem ser formados equivocadamente.

É digno de nota que, como Aubenque⁴⁸ ressalta, apesar de Hermógenes e Crátilo apresentarem teses diametralmente opostas, ambos os personagens chegam a uma mesma conclusão: não é possível falar de maneira falsa ou equivocada. Nas palavras de tal autor:

“[...] ambas as teses desembocam, por diferentes razões, na mesma conclusão paradoxal, segundo a qual é impossível errar e mentir: em um caso, porque há uma coincidência natural entre a palavra e a coisa, e no outro porque há uma identidade convencional. O problema do Crátilo não é saber se os nomes se aplicam com exatidão, mas sim como. Hermógenes está perfeitamente de acordo com Crátilo em relação ao fato de que os nomes estão sempre corretos: ‘na minha opinião – diz -, o nome que se atribui a um objeto é correto: e se se abandona esse mudando-o por outro, o segundo é tão exato quanto o primeiro... Pois a natureza não atribui nome algum como próprio de

⁴⁵ É no *Sofista* que Platão irá resolver esta questão, apesar de fazer alusão a este tema no *Eutidemo*. P.50. E no *Sofista*, Platão, diferentemente do que é dito aqui no *Crátilo*, diz que os nomes não podem ser julgados segundo um valor de falsidade ou verdade, este julgamento só poderá ser feito em relação aos enunciados.

⁴⁶ 385b.

⁴⁷ Esta discussão aparece entre 428b-433c e sobre ela falaremos mais a frente. Vale ressaltar que nesse momento posterior do diálogo, Platão resolve o problema da possibilidade da falsidade fazendo menção ao conceito de imitação.

⁴⁸ *El problema del ser en Aristoteles.*

nenhum objeto.⁴⁹ E vice-versa, porque a natureza atribui um nome a cada objeto como próprio, sustentará Crátilo, não contra Hermógenes, mas já contra Sócrates, o adversário comum, que ‘todos os nomes são corretos’ e que ‘é absolutamente impossível dizer o falso.’⁵⁰

Voltemos, agora, ao diálogo. Uma vez que Hermógenes aceita a ideia de que todo nome forjado por um determinado sujeito em relação a uma coisa será o nome verdadeiro desta coisa, não haverá a possibilidade do erro no que diz respeito aos nomes. Ou seja, como não há um suporte (ou fundamento) objetivo que sustente a formação dos nomes, qualquer nome que aplicarmos a uma coisa pode ser entendido como sendo o nome correto desta coisa. Então, Sócrates, para minar a argumentação de Hermógenes, faz com que ele aceite, primeiro, a existência de um discurso falso para, por fim, fazer com que ele afirme a existência de nomes falsos. E Hermógenes não apresenta qualquer temor de contradizer a sua tese, ao aceitar que podemos dizer coisas verdadeiras (coisas que são) ou falsas (coisas que não são); e Sócrates, de maneira sutil, apresenta uma diferença entre uma correção no estabelecimento do nome e na aplicação do nome no *logos*.

Platão utiliza, aqui, o argumento da relação entre a correção das partes e a correção do todo: o discurso (*logos*) aparece definido como sendo algo composto (um todo) formado por pequenas partes e para este discurso ser verdadeiro, todas as suas partes (Platão nos fala de partes pequenas e grandes) também terão que ser verdadeiras. Nesta perspectiva, não poderíamos ter um discurso verdadeiro que fosse composto por partes falsas ou mal formuladas. Ou seja, a veracidade de um *logos* implica a das partes; então, se um discurso for verdadeiro, as partes necessariamente terão que ser também.

O próximo passo **(I.3)** é a afirmação dos nomes como sendo as menores parte de um discurso e, seguindo o raciocínio acima, o nome que for parte de um discurso verdadeiro será verdadeiro e o que for parte de um todo falso será falso. Percebe-se, então, uma transposição da ideia de que podemos fazer uma atribuição falsa ou

⁴⁹ *Cratilo*, trad. Méridier, 384 d. Op.cit. *El problema del ser en Aristoteles*, p.103.

⁵⁰ “[...] ambas tesis desembocan, por diferentes razones, en la misma conclusión paradójica, según la cual es imposible equivocarse y mentir: en un caso, porque hay coincidencia natural entre la palabra y la cosa, y en el otro porque hay identidad convencional. El problema del Cratilo no es de saber si los nombres se aplican con exactitud, sino cómo. Hermógenes está perfectamente de acuerdo con Cratilo en que los nombres son siempre exactos: ‘en mi opinión – dice-, el nombre que se le asigna a un objeto es exacto: y si se abandona ése cambiándolo por otro, el segundo es tan exacto como el primero...Pues la naturaleza asigna un nombre a cada objeto como propio de objeto alguno’. Y viceversa, porque la naturaleza asigna un nombre a cada objeto como propio, Cratilo mantendrá, no ya contra Hermógenes, sino contra Sócrates, su adversario común, que ‘todos los nombres son exactos’ y que ‘es absolutamente imposible decir lo falso’. Ibid. 429 b,d. . Op.cit. *El problema del ser en Aristoteles*, p.103.

verdadeira, a partir de um discurso, para a concepção de que as menores partes de um discurso podem também ser julgadas do mesmo modo.

Como notam alguns comentadores, esta transposição na argumentação de Sócrates é problemática e pouco convincente. E isso soa estranho uma vez que este é um tema de central importância para o pensamento platônico.

Richard Robinson, em seu artigo *A Criticism of Plato's Cratylus*, faz algumas reflexões sobre essa argumentação platônica. Nesse artigo o autor tenta mostrar que Platão não aceita a teoria naturalista dos nomes; Robinson diz que, assim como podemos encontrar, em passagens de outros diálogos, uma afinidade com essa teoria, encontramos também provas, em outros diálogos, que comprovam o contrário. O autor pensa que Platão antes de escrever o *Crátilo* tinha certa afinidade com a teoria naturalista, contudo, posteriormente, percebeu que essa teoria não possui uma validade prática e a abandonou. E o *Crátilo* seria, enfim, o momento em que Platão estaria realizando a purgação de tal teoria. Além do mais, no próprio diálogo podemos perceber que os argumentos a favor do naturalismo são mais fracos que os apresentados, ao final do diálogo, contra esta teoria. Para comprovar essa ideia, Robinson analisa os argumentos fornecidos, nesse atual momento do diálogo, para afirmar a teoria naturalista de Crátilo.

E o primeiro argumento que poderíamos perceber como sendo uma base para o naturalismo é exatamente esse de que o nome possui um valor de verdade. Em relação a tal argumento, Robinson diz que ele é ruim e as razões que visam comprovar a crença no valor de verdade dos nomes são frutos de uma falácia de divisão. Ou seja, para Robinson todos os movimentos expostos acima não se sustentam e são falaciosos. Com a intenção de comprovar a falácia, o autor traz à tona a passagem 263a-b do *Sofista* na qual Platão diz que apenas os enunciados possuem valor de verdade. Já acerca dos nomes e dos predicados, que são divisões dos enunciados, não é dito nada a respeito do fato de que eles possam ser julgados como verdadeiros ou falsos. Robinson ressalta a fraqueza da argumentação de Platão para ao final de sua análise comprovar que os argumentos expostos pelo filósofo para sustentar o naturalismo são mais fracos do que os apresentados contra essa teoria. Com isso, fica nítido para o autor que Platão não defendia o naturalismo.

Outros autores seguem essa interpretação de Robinson. É o caso de Simon Keller. O autor⁵¹, além de dizer que o primeiro argumento contra a tese de Hermógenes não é bom, pois certamente os nomes não possuem um valor de verdade, afirma, também, que o argumento não é um empecilho para o convencionalismo e, por isso, Hermógenes poderia muito bem rejeitá-lo sem qualquer dificuldade. Weingartner, por sua vez,⁵² considera que o fato de Sócrates ter feito deste argumento ruim a base de sua refutação da tese de Hermógenes, leva-nos a concluir que os argumentos seguintes estarão contaminados pelo erro introduzido aqui.

Num pólo diferente dos autores citados acima, encontramos Mary Richardson. Em seu artigo *True and False Names in the 'Cratylus'*, a autora se dedica a analisar essa passagem do diálogo a fim de revelar que não é tão simples dizer que Platão aqui produz um argumento ruim, sendo isto fruto de um estado de confusão ou não compreensão do que é dito⁵³. Um ponto base da interpretação dessa autora é que, diferentemente do que muitos intérpretes pensaram, nessa passagem Platão não inicia em um *reductio ad absurdum* da tese de Hermógenes. Mas sim, o personagem de Sócrates estaria aqui interessado em compreender melhor a teoria convencionalista, ou seja, a autora entende que nas passagens anteriores em que Hermógenes apresenta sua compreensão acerca da correção dos nomes, não fica muito claro o que este autor defende e, por isso, Sócrates sente a necessidade de iniciar uma conversação com a intenção de saber realmente o que é defendido pela teoria em questão.

E, diferentemente de Robinson, Mary Richardson⁵⁴ diz que não há uma falácia de divisão aqui. O argumento utilizado pela autora para defender essa ideia é o seguinte: para ela, Robinson e outros comentadores entendem que Platão fundamenta as afirmações **I.2** e **I.6** em **I.1**, e desse modo, conclui-se que a designação das propriedades das palavras se dá de modo semelhante às propriedades dos enunciados. Ou seja, as propriedades complexas fundamentariam as propriedades simples, de tal modo que a verdade ou correção das partes dependerá da verdade do todo. Para a autora, compreender o argumento de Platão nesse sentido culmina, realmente, com a ideia de que ele esteja realizando uma falácia de divisão. Mas, segundo ela, Platão deixa

⁵¹ P.292.

⁵² P.14.

⁵³ A autora cita como os defensores dessa visão, os já comentados Robinson e Weingartner, assim como, também, Kahn (*Language and ontology in the Cratylus*).

⁵⁴ P.138.

explícito em outros momentos do diálogo que na verdade o caminho é inverso, ou seja, as propriedades das sentenças são designadas a partir das propriedades das palavras, de tal modo que a verdade das sentenças dependerá da verdade dos elementos simples que as constituem, isto é, as palavras.

Richardson cita duas passagens para comprovar a sua interpretação: 425 a2-5 e 431b-9. No primeiro momento, Sócrates está analisando o processo de formação das palavras e sentenças; ele diz que devemos partir dos elementos simples e relacioná-los com a natureza das coisas nomeadas para daí então formar as sílabas (*syllabas*), depois, os nomes (*onoma*) e os verbos (*rhema*), e, por fim, o discurso (*logos*). Ou seja, a boa formação dos nomes parte de seus elementos básicos rumo ao complexo. Já no segundo momento, Sócrates dialoga com Crátilo e tenta convencer este último de que os nomes podem ser formados de maneira equivocada e ser falsos. Aqui Sócrates define o nome falso ou incorreto como sendo aquele formado a partir de uma atribuição equivocada em relação à coisa nomeada. E assim como podemos formar nomes falsos, Sócrates diz que verbos e os *logoi* também são passíveis deste erro, pois as frases que compõem o *logos* nada mais são do que uma combinação de nomes e verbos. Percebe-se, enfim, que aqui a afirmação de que as sentenças possam ser falsas é uma consequência da afirmação de que os nomes podem ser formados equivocadamente e não vice-versa.

Então, para Mary Richardson, autores como Robinson e Weingartner enganam-se ao dizer que o argumento utilizado por Platão aqui é falacioso, isto porque acreditam que **I.2** é uma afirmação que necessariamente deve seguir a **I.1**. Além disso, a autora diz que mesmo alguns comentadores que não vêem Sócrates utilizando uma falácia aqui, tendem a ver o argumento como não sendo satisfatório. Segundo Richardson, isto se deve principalmente ao fato de haver a tendência a compreender por *logos* algo como uma declaração ou afirmação. É exatamente neste ponto que Robinson sustenta a sua crítica a esta passagem do diálogo. Em seu já citado artigo, é dito o seguinte:

*“Sócrates aproxima nomes de declarações através da afirmação de que se afirmações são verdadeiras ou falsas, os nomes também serão verdadeiros ou falsos (385c). De fato, afirmações são verdadeiras ou falsas porque elas descrevem e afirmam; e nomes não são nem verdadeiros nem falsos porque eles não afirmam nem descrevem, mas só nomeiam e fazem referência.”*⁵⁵

⁵⁵ “Socrates approximates names to statements by asserting that if statements are true or false, names are true or false also (385c). In fact, statements are true or false because they describe and assert;

Por fim, Mary Richardson acredita que a partir das falas de Sócrates sobre a possibilidade de os nomes serem verdadeiros ou falsos, é improvável que Platão entenda por discurso (*logos*) algo semelhante ao que contemporaneamente é chamado de declaração ou afirmação.

Ainda sobre essa discussão, traremos, por fim, as argumentações de Goldschmidt⁵⁶. Este autor, ao analisar a presente passagem, se pergunta⁵⁷ se há um sofisma, consciente ou não, de Platão ao dizer que da verdade total dos discursos podemos retirar a verdade de suas partes. Mais ainda, Goldschmidt analisa também se há uma contradição entre essa passagem e a teoria divulgada pelo próprio Platão, principalmente no *Sofista*, e até mesmo com uma lógica elementar, ao parecer querer dizer que os nomes tomados isoladamente podem ser verdadeiros ou falsos. Após levantar estes pontos, Goldschmidt conclui que não há um sofisma aqui, pois não há nada nessa passagem que comprove a ideia de que Platão esteja tratando aqui dos nomes tomados isoladamente, isto é, fora de um discurso. Percebemos⁵⁸ sim que para Sócrates os nomes podem ser verdadeiros ou falsos exatamente por serem partes de um discurso, e não partes isoladas. E Goldschmidt conclui do seguinte modo: “*Nós cremos que por consequência não há, em nossa passagem, nem sofisma nem incompatibilidade com a filosofia de Platão, tal qual nós conhecemos alhures.*”⁵⁹

Estas são algumas das controvérsias existentes com relação a esse primeiro movimento da refutação de Sócrates à tese de Hermógenes. Sendo argumento falacioso ou não, ruim ou bom, o mais importante é perceber que Platão realiza uma ampliação no escopo da discussão, isto é, ele sai de um plano da correção dos nomes e passa a tratar de valores como verdadeiro e falso, não só com relação aos nomes, mas, também, no que diz respeito aos discursos. Passaremos, agora, para o segundo movimento dessa refutação de Sócrates.

and names are neither true nor false because they do not assert or describe, but name or refer.” Robinson p.335.

⁵⁶ *Essai sur le Cratyle.*

⁵⁷ P.52.

⁵⁸ O autor ressalta a passagem 385c10.

⁵⁹ “*Nous croyons par conséquent qu’il n’y a dans notre passage ni sophisme ni incompatibilité avec la philosophie de Platon, telle que nous la connaissons par ailleurs.*” P.52.

(II) As coisas mesmas possuem uma natureza estável (*auta auton ousian ekhonta tina bebaion esti ta pragmata*) (386d-387c)

Este argumento pode ser dividido da seguinte maneira:

(II.1) Os homens podem ser distinguidos entre bons e maus, ignorantes e sábios (386d).

(II.2) As coisas possuem uma natureza própria, que independe de nós (*auta auton ousian ekhonta tina bebaion esti ta pragmata, ou pros hemas oude hyph' hemon*). (386e)

(II.3) As ações (*praxeis*), também, possuem uma natureza própria (*kata tem auton ara physin*) e estas só serão realizadas de maneira correta quando a sua natureza própria for seguida. (387a)

(II.4) Como falar (*legein*) é uma ação, falaremos de modo correto quando dissermos as coisas do modo como a natureza destas impõe que elas sejam ditas (387b).

(II.5) Nomear (*onomazein*) é uma parte do falar, então, nomearemos corretamente quando dermos um nome a uma coisa de acordo com a natureza desta coisa.

Agora, Sócrates pretende argumentar que as coisas possuem uma natureza estável que independe dos homens. Através do modo como Platão prossegue esta refutação, saindo de uma discussão sobre a verdade ou falsidade de um discurso rumo à argumentação que visa comprovar a existência de uma estabilidade fixa dos objetos, percebemos a conexão feita por Platão em relação a estes tópicos. Antes disso, logo após Sócrates e Hermógenes concordarem que os nomes podem ser verdadeiros ou falsos, Sócrates questiona se mesmo assim Hermógenes acredita que cada sujeito pode formar um nome verdadeiro para as coisas, segundo a sua intenção. Como já vimos, Hermógenes diz que sim, duas pessoas podem dar nomes diferentes a uma única coisa e mesmo assim podemos dizer que estes dois nomes podem ser o nome verdadeiro da coisa nomeada.

Nesse momento, Sócrates faz uma aproximação, suscitada pela própria tese de Hermógenes, entre o convencionalismo e o relativismo de Protágoras. Diferentemente de outros diálogos, principalmente o *Teeteto*⁶⁰, Platão não se debruça muito sobre o relativismo e nem se preocupa em dar uma refutação mais longa dessa tese. Sócrates pensa que, se para Hermógenes não há um critério objetivo que nos indique os verdadeiros nomes das coisas, sendo esta ação, então, dependente das decisões subjetivas, o convencionalismo pode ser encarado como uma extensão do relativismo protagórico. Na interpretação platônica da célebre frase de Protágoras “*o homem é a medida de todas as coisas*” temos a consequência de que não há uma essência (*ousia*) objetiva fundamentadora do conhecimento das coisas; sendo assim, este conhecimento dependerá da percepção que cada sujeito terá das coisas. Por conseguinte, não se pode pensar em um critério objetivo de verdade, pois cada sujeito tem relações diferentes com os objetos existentes e toda percepção é entendida como sendo verdadeira. Como diz Sócrates: “[...] *todas as coisas são para mim tal como me aparecem, e são para ti tal como te aparecem.*”⁶¹

Hermógenes, por sua vez, diz que já foi levado a este pensamento de Protágoras, contudo, afirma que não concorda com tal teoria. E aqui Platão, visando refutar a tese de Protágoras, lança mão do argumento de que se este pensamento protagórico fosse verdadeiro não poderíamos fazer a distinção entre homens sábios e ignorantes ou entre os bons e os vis, visto que não há critérios para fazer tais julgamentos e “*as coisas são para cada um como lhe parecem*”.⁶² Como é empiricamente provada a existência de homens mais sábios ou bons que outros, esta tese de Protágoras não se mantém.

Além de Protágoras, Platão faz menção a Euidemo nessa reflexão sobre a essência das coisas. Segundo Sócrates, para Euidemo⁶³ “*todas as coisas são sempre da mesma maneira para todos, simultaneamente e para sempre*”⁶⁴; percebe-se, então, uma semelhança entre as teses de Protágoras e Euidemo; em função disso, o mesmo argumento utilizado para refutar a tese do primeiro será utilizado agora. Ou seja, se

⁶⁰ Na discussão acerca da primeira definição de conhecimento dada por Teeteto.

⁶¹ *Crátilo* 386a.

⁶² 386c.

⁶³ Como nota Fowler, página 17, em sua tradução, a doutrina atribuída a Euidemo aqui não aparece expressa por ele no diálogo que leva o seu nome. Em tal diálogo, a ideia é apresentada da seguinte forma: “*Todas as coisas, portanto, sabeis, uma vez que afinal sabeis uma qualquer? Todas, disse ele. E tu também, se realmente sabes uma só coisa, sabes todas.*” (294a).

⁶⁴ 386d.

compreendermos que todos sabem sempre tudo acerca de todas as coisas, não haveria como existir as diferenças, já apontadas anteriormente, entre os homens.

Com esses argumentos, Sócrates afasta a ideia de a essência das coisas ser dependente dos homens, uma vez que tanto para Eutidemo quanto para Protágoras há o pressuposto de que a realidade dos seres é relativa aos homens. E isto Sócrates aproxima da tese do convencionalismo de que será cada sujeito que decidirá sobre o nome correto das coisas. Aqui, então, Platão utiliza esses argumentos tanto para refutar a tese de Hermógenes quanto para formar as bases de seu pensamento; no caso, a ideia de que as coisas possuem uma essência estável. Nas palavras de Sócrates:

“É evidente que as coisas têm uma certa entidade estável, que não é relativamente a nós nem é por nós; que não é arrastada para cima e para baixo por acção da nossa fantasia; mas tem uma entidade que é em si mesma e relativamente si mesma, a qual é por natureza. (kath’ auta pros tem auton ousian ekhonta heper pethyken)⁶⁵

Por fim, vemos que Platão associa diretamente a tese de Hermógenes ao pensamento relativista ou subjetivista tipicamente sofístico, segundo o qual as relações existentes no mundo são sempre mediadas pelas representações dos sujeitos. E isto Platão vê como sendo um grande perigo tanto moralmente quanto epistemologicamente.

O próximo passo de Platão é dizer que não apenas as coisas possuem uma natureza independente de nossa percepção, mas as ações (*praxeis*), por serem também uma espécie de ser (*en ti eidos ton onton*), possuem uma natureza própria que não diz respeito às nossas opiniões ou percepções. E aqui, Platão traz uma ideia muito próxima ao conceito socrático de *eupraxia*, ou seja, o bem fazer algo. Já que as ações são um tipo de ser e, por isso, possuem uma natureza própria, estas ações serão realizadas de uma maneira mais perfeita quando tivermos em vista a natureza própria da ação e não a nossa vontade. Pode-se dizer, ainda, que cada objeto ou ação possui uma função própria e a excelência será alcançada quando conhecermos e seguirmos o que esta função própria determina.

Este último é um tipo de argumento que aparece com frequência em outros diálogos de Platão, como, por exemplo, o *Górgias* e o Livro I da *República*, onde há a associação entre a função (*ergon*) e a excelência (*arete*). De maneira resumida, podemos dizer que a função de algo é determinada quando este algo é o mais capacitado de

⁶⁵ 386e.

melhor realizar uma determinada ação e, então, quando este algo realiza a atividade que lhe cabe de maneira satisfatória, chega-se à excelência.

Estabelecido, enfim, que as coisas e as ações possuem uma natureza própria, Sócrates pretende dizer que a nomeação é uma ação. E o argumento utilizado para comprovar isto é o seguinte: já que falar (*legein*) é uma ação onde se diz algo acerca de uma coisa, e este falar é um todo que tem como parte o ato de nomear (*onomazein*), ou seja, é a partir do ato de nomeação que podemos formar discursos, devemos, conseqüentemente, compreender que nomear algo é uma ação. E essa ação será realizada bem quando agirmos de acordo com a natureza da própria ação. Mais uma vez⁶⁶, Platão utiliza o argumento de que se um todo x é y , necessariamente a parte z , que compõe este x , será também y . E com isso, ele chega à ideia de que é necessário nomear as coisas segundo o modo pelo qual a natureza das coisas impõe que elas sejam nomeadas e utilizando os instrumentos adequados para esta ação.

Feito isto, Platão veda a possibilidade de o convencionalismo ser o verdadeiro fundamento para a correção dos nomes, já que as ações, para serem realizadas bem, têm apenas um caminho: fazê-las conforme sua natureza própria. Então, nem todo ato de nomeação será correto e nomear corretamente não é apenas impor um nome a uma coisa e depois lançar, convencionalmente, esse nome escolhido, arbitrariamente, no uso cotidiano, criando assim um hábito e um costume.

Desse modo, Sócrates termina o segundo argumento contra o convencionalismo de Hermógenes. Faremos, agora, alguns comentários sobre tal argumento.

Na perspectiva que já apresentamos⁶⁷ do artigo de Robinson, o argumento utilizado por Platão para tratar da existência independente da natureza das coisas é vago. Robinson entende que o argumento sugere algo, mas alguns pontos importantes não são esclarecidos como, por exemplo: que tipo de natureza está em questão? Este ato de nomear utiliza nomes já formados ou inventa novos nomes? Ou os dois? Enfim, para Robinson essa maneira de dizer que existe um modo naturalmente correto de falar e nomear as coisas é tão suspeito quanto a ideia de que é a convenção a regente da correção dos nomes. Por conta dessas brechas na argumentação, o comentador em

⁶⁶ Como vimos, Platão utilizou este argumento no momento anterior onde se pretendia comprovar que os nomes, por serem partes de um discurso, podem ser verdadeiros ou falsos.

⁶⁷ P.26.

questão diz que esse não é um ponto seguro para a defesa da teoria naturalista por parte de Platão. Em função disso, a análise do segundo argumento é concluída com a afirmação de que o argumento que pretende sustentar a teoria naturalista não é tão indiscutível quanto o que Platão apresenta, ao final do diálogo, a favor do convencionalismo.

Weingartner, por sua vez, analisa se Sócrates já poderia ter “proclamado a vitória” no momento anterior, pois, para ele⁶⁸, a tese de que os nomes podem ser verdadeiros ou falsos já põe em cheque o principal pressuposto da tese de Hermógenes: os nomes corretos podem ser formados arbitrariamente por qualquer um. Por conta disso, ele questiona por que Sócrates, então, mesmo já demonstrando que o convencionalismo é insustentável, traz à tona o pensamento de Protágoras e, por fim, diz que as coisas necessariamente possuem uma natureza estável e independente das percepções humanas. Sobre isso, o autor diz que Platão tinha consciência de que o primeiro argumento exposto por ele não era bom e, por isso, não poderia terminar a refutação nesse momento. O autor fornece, ainda, um segundo motivo para Sócrates ter continuado sua argumentação e não ter proclamado a vitória; segundo Weingartner, Platão conscientemente faz alusão ao pensamento de Protágoras a fim de realizar uma mudança de perspectiva na discussão. O *Crátilo* tem como mote inicial a correção dos nomes e começa tratando da verdade e falsidade de alguns nomes particulares; e Sócrates, com esse segundo argumento, faz com que a discussão agora passe a ser sobre a correção ou não da atividade de nomear. Sobre esta mudança de perspectiva no diálogo e sua importância, o autor diz o seguinte:

*“Dos nomes verdadeiros e falsos nós vamos, às custas de Protágoras, para a realidade independente de todas as coisas e ações, e então voltamos novamente para a ação de nomear. Uma virada crucial no curso do diálogo foi produzida com uma grande economia de meios: em vez da verdade ou falsidade dos nomes, nós discutiremos agora sobre as maneiras de nomear corretas e incorretas. Se a mudança dos nomes para a nomeação não é vista, o fato de Sócrates e Crátilo sustentarem posições muito diferentes não pode ficar claro nunca.”*⁶⁹

⁶⁸ P. 15.

⁶⁹ *“From true and false names we go, at the expense of Protagoras, up to the independent reality of all things and actions and then back down again to the action of naming. A crucial turn in the course of the dialogue has been brought about with great economy of means: instead of the truth or falsity of names, we shall now be discussing the correct and incorrect ways of naming. If the shift from names to naming is not seen, the fact that Socrates and Cratylus maintain very different positions can never become clear.”* P.16

Nesse segundo argumento, ainda, o uso de expressões como ‘natureza própria’ e ‘entidade que é em si mesma e relativamente a si mesma’, faz-nos pensar que Platão tem em mente aqui a chamada Teoria das Formas ou das Ideias, que é de central importância para o seu pensamento. Em função disso, poderíamos fazer as seguintes questões: como entender a presença das Formas ou Ideias no *Crátilo*? Estas aparecem do mesmo modo que nos diálogos centrais do *corpus* platônico, onde essa teoria surge de modo mais marcante? Analisaremos estas e outras questões sobre a possibilidade da existência das Formas ou Ideias no *Crátilo* quando tratarmos do terceiro argumento de Sócrates contra o convencionalismo.

Passaremos, agora, para o terceiro e último momento da argumentação de Sócrates contra a tese de Hermógenes.

(III) O nome (*onoma*) é uma espécie de instrumento (*organon*) (388a-390e)

Estabelecido, então, que os objetos e as ações possuem uma natureza independente dos homens, Sócrates passa a analisar o processo de formação da ação de nomear, ou seja, os agentes e os instrumentos utilizados. Os argumentos centrais apresentados por Platão nesse momento são os seguintes:

(III.1) Assim como aquilo que tem que ser furado ou tecido deve utilizar um instrumento específico, o ato de nomear deve utilizar um instrumento (*organon*) próprio. (388a)

(III.2) O nome é o instrumento utilizado na ação de nomear (*organon apa ti estin kai to onoma*). (388b)

(III.3) Dito isso, é preciso saber qual é a função dos nomes: este nada mais é do que um instrumento de ensino e distinção da entidade. (*onoma apa didaskalikon ti estin organon kai diakritikon tes ousias*) (388c)

(III.4) Como em qualquer técnica, aqueles que a dominam são os mais indicados para realizar a atividade em questão; no caso dos nomes, é o ‘legislador dos nomes’ (*nomothetes*) o possuidor da arte de formar os nomes. (388e)

(III.5) Por fim, é preciso que haja um sujeito que teste a produção de cada técnico. E o mais indicado para realizar esta ação de supervisão é quem irá utilizar o produto. No caso dos nomes, será aquele que melhor souber realizar a ação de perguntar e responder, isto é, o dialético. (390d)

Então, os nomes são os instrumentos utilizados na ação de nomear e a sua formação deve ser feita por um especialista, no caso, o ‘legislador dos nomes’ (uma espécie de demiurgo dos nomes), e a produção deste deve ter a fiscalização de quem melhor sabe utilizar os nomes, o dialético. Sócrates, de uma vez por todas, com esse argumento, exclui a possibilidade de o convencionalismo ser uma teoria possível para a correção dos nomes, pois, como vimos, para o convencionalismo qualquer sujeito poderia formar um nome correto, uma vez que o critério de correção dos nomes está pautado na arbitrariedade dos acordos e convenções. Após esses argumentos, Sócrates diz o seguinte:

*“Nesse caso, ó Hermógenes, a atribuição dos nomes arrisca-se a não ser uma coisa desprovida de importância, como tu pensas, nem para homens desprovidos de importância ou para qualquer pessoa. E Crátilo diz a verdade quando diz que os nomes pertencem às coisas por natureza e que nem todas as pessoas são artífices dos nomes, mas só aquele que fixa os olhos no nome que é, por natureza, o nome de cada coisa e é capaz de impor a sua forma (eidos) às letras e às sílabas.”*⁷⁰

Mas retornemos ao início desta argumentação. Platão utiliza, ao longo de todo argumento, analogias⁷¹ com outras atividades como, por exemplo, o ato de tecer, furar e cortar, para estabelecer que os nomes são instrumentos utilizados em uma ação específica. De tal modo que, assim como há um determinado objeto para melhor realizar o ato de tecer, a lançadeira, o nome é entendido como um instrumento utilizado para nomear algo. E ao tecer, não fazemos outra coisa senão separar ou organizar os fios que se encontram amontoados. E o que fazemos ao nomear? Ensinamos uns aos outros e distinguimos as coisas, diz Sócrates.

Desse modo a analogia está formada: assim como as lançadeiras, os nomes são instrumentos, e estes estão para os seres assim como aquelas estão para os

⁷⁰ 390d-e

⁷¹ Goldschmidt, p.61, diz que o ato de tecer entre 387-388a é um exemplo entre outros, mas a partir de 388b ele se torna um paradigma. Esse autor detalha, nesse mesmo ponto de seu livro, a diferença entre exemplo e paradigma.

fios, ou seja, da mesma forma que a lançadeira é utilizada como instrumento na separação e organização dos fios na tecelagem, os nomes são instrumentos que servem para separar os seres e educar os homens no ato da nomeação. Enfim, a tecelagem e a nomeação são técnicas que precisam de instrumentos específicos para ser bem realizadas. E exatamente por ser uma técnica, a tecelagem assim como a nomeação podem ser realizadas de maneira adequada ou não; e esta técnica será bem aplicada quando desenvolvida de maneira hábil por seu técnico, num caso o tecelão e no outro o professor (*didaskalikos*).

Contudo, a analogia não termina aqui: o tecelão ao fazer sua atividade utiliza o instrumento necessário para melhor separar os fios, a lançadeira, que, por sua vez, não foi produzida por ele próprio, mas sim por um carpinteiro; no caso dos nomes, o professor é o técnico capacitado para utilizar os nomes em suas funções específicas, todavia, não é ele que cuida da produção destes e sim o chamado *nomotheta* ou o ‘formador dos nomes’⁷².

O fato de Platão ter dado a essa figura do *nomotheta* a ação de produção dos nomes gerou algumas controvérsias por entre os comentadores. Segundo o filósofo, assim como é o carpinteiro que nos fornece a lançadeira para tecer algo, é a lei (*nomos*) que nos disponibiliza os nomes e esta lei se faz personificada na figura do “legislador dos nomes” (*nomotheta*). Pode soar contraditório o fato de Sócrates estar agora apresentando argumentos a favor do naturalismo (*physis*) e dizer que é a lei (*nomos*) que nos fornece os nomes. Goldschmidt explica essa aparente contradição a partir da dificuldade que temos para compreender o significado do termo grego *nomos*: comumente traduzido no sentido de uma lei escrita ou uma lei inserida em um costume, ou seja, um uso. Todavia, para Goldschmidt as palavras que possuímos para traduzir esse termo são insuficientes e podem causar algumas confusões pelo fato de separar algo que para os gregos era uma unidade inseparável. E essa contradição se desfaz, segundo o autor, se tivermos em mente o fato de que para os sofistas o termo *nomos* é entendido como (tanto a lei quanto o costume) algo essencialmente arbitrário; já para Platão aqui no *Crátilo*, o termo *nomos* está relacionado a uma atividade de um técnico (*nomotheta*), por isso, a lei ou o costume nesse sentido

⁷² Como as próprias partes da palavra demonstram, a figura do *nomotheta* está relacionada à formação de leis (*nomos*) e a lei que ele produz aqui diz respeito aos nomes.

deve seguir as regras da técnica em questão. Então, quando Platão trata do termo *nomos* na analogia, este não aparece trazendo uma conotação arbitrária e pode até ser confundido com a *physis*, uma vez que a formação dos nomes é vinculada aqui a uma arte que pretende seguir (algo defendido no argumento anterior) a natureza das coisas. Platão através de sua dialética consegue aqui, conforme Goldschmidt, desfazer o antagonismo - *nomos* e *physis* - clássico entre os sofistas.

Por sua vez, Nancy Demand em seu artigo *The Nomothetes of the Cratylus*, acredita que o antagonismo entre *nomos* e *physis* perpassa todo o diálogo e que o surgimento do *nomotheta* – esse personagem aparece também em outros momentos do diálogo - é um jogo de palavras pensado por Platão para personificar essa contraditória figura que cria as leis ou os costumes (*nomos*), em relação aos nomes, a partir da natureza (*physis*) das coisas. E diferentemente de Goldschmidt, Nancy não acredita que a estranheza dessa personagem se desfaz ao atenuar a diferença entre os termos, pelo contrário, o *nomotheta* surge para enfatizar a diferença ou antagonismo entre os termos em questão para sermos levados à conclusão (que perpassa todo diálogo e expressa ao final) de que dos nomes não podemos aprender nada. Ou seja, para a autora, Platão se dedica a defender uma teoria com a intenção de revelar as suas contradições e concluir que não é algo sustentável ou verossímil:

*“Um nomotheta que forma nomes por physei é uma contradição. Mas se este é o caso, então nós temos, em certo sentido, aprendido dos nomes que não podemos aprender com os nomes: o círculo está completo, e a etimologia, ao ser bem sucedida, frustrou a si mesma.”*⁷³

Mas voltemos, agora, à analogia. Podemos perceber que há na apresentação dessa analogia algo parecido com uma divisão de trabalho⁷⁴, presente em diversas técnicas: há aqueles que utilizam instrumentos para realizar determinada atividade, mas estes dependem da produção de outro técnico, que é o produtor dos instrumentos necessários para os primeiros técnicos. Um possui a

⁷³ “A nomothetes who giver names physei is a contradiction. But if that is the case, then we have, in a sense, learned from name that we cannot learn from names: the circle is complete, and etymology, in succeeding, has defeated itself.” P.109.

⁷⁴ Goldschmidt faz uma comparação (p.85-86) com a teoria das causas em Aristóteles: causa material (os sons e as sílabas), formal (a forma dos nomes e as formas próprias), eficiente (*nomotheta*) e final (o ensino e a distinção dos seres; estas atividades terão como técnico o dialético). Mais do que isso, o autor diz que aqui temos o germe da teoria que será posteriormente formulada por Aristóteles.

excelência na utilização dos nomes e o outro na produção dos mesmos. E Sócrates irá analisar o papel de cada técnico a fim de melhor compreender qual é verdadeiramente o papel destes na atividade da produção dos nomes.

Por fim, Sócrates diz que não é qualquer homem que pode ser carpinteiro ou *nomotheta*, mas somente aqueles que possuem a técnica necessária para realizar tal produção. Ou seja, assim como nem todo sujeito possui a habilidade técnica da carpintaria, a produção dos nomes é uma atividade específica que deve ser realizada por um sujeito capacitado para realizar tal ação.

Nesse momento temos, também, uma marcante definição (ou como diz Goldschmidt, Platão apresenta o *telos* do ato de nomear) dada por Platão aos nomes e à linguagem: os nomes são os instrumentos dos quais nos servimos para catalogar e separar os seres, para com isso possibilitar a educação e a comunicação. Os nomes e a linguagem possuem, então, um compromisso com a realidade e são eles os instrumentos utilizados pelos homens para representar os seres, possibilitando assim a aprendizagem sobre estas. Por conta disso, poderíamos dizer que Platão expõe aqui o seu critério de correção para as palavras: o uso delas em um discurso verdadeiro que possibilite a aprendizagem da natureza das coisas, ou seja, falar corretamente é falar das coisas tal como elas são. Todavia, Platão nesse momento não se debruça sobre essas funções da linguagem, e prefere prosseguir na análise técnica da formação dos nomes, isto é, na investigação sobre como essa atividade se dá e quais são os técnicos ou profissionais responsáveis ou gabaritados para fazer e analisar tal atividade.

Platão, depois de apresentar o papel do *nomotheta* na formação dos nomes, passa a analisar (389a) a partir de que este personagem chega aos nomes. E a pergunta que direciona essa análise é a seguinte: ‘*para onde olha o legislador dos nomes, ao dar os nomes? (poi blepon ho nomothetes ta onomata tithetai)*’. Nesse momento, a analogia ganha um novo estágio e passa a tratar de um tema de central importância para o pensamento platônico: a existência das Formas ou Ideias que servem de paradigma para, aqui no caso do *Crátilo*, a produção de objetos materiais ou sensíveis. Platão diz que o carpinteiro deve, ao produzir a lançadeira, olhar não para o que é uma lançadeira real, mas sim para a forma (*eidōs*) da lançadeira, pois esta última revela a natureza específica do ato de

tecer. Para clarificar essa ideia, Platão diz que caso a lançadeira se quebre no momento em que o carpinteiro a esteja produzindo, este deve recomeçar o seu trabalho tendo como modelo não a lançadeira quebrada, mas sim a lançadeira em si (*auto ho estin kerkis*).

Aqui retornamos a algo que o argumento anterior contra a tese de Hermógenes já havia estabelecido: uma vez que as coisas possuem uma natureza independente dos homens, uma ação será bem realizada quando levar em consideração a natureza específica da atividade e utilizar o instrumento naturalmente compatível com tal ação. Há, então, uma natureza estável que serve de paradigma para nossas ações e produções. Platão nesse terceiro argumento ratifica essa ideia e diz que atingiremos a excelência na produção de algo quando olharmos para a natureza do que pretendemos produzir. O filósofo indica (389c), ainda, que há um tipo de forma específica que diz respeito a determinada atuação de um instrumento naturalmente designado para uma ação; por exemplo, há a forma da lançadeira que funciona como padrão para toda e qualquer lançadeira, contudo, a ação de tecer é diversa e trabalha com diversos materiais que exigem um tipo de instrumento específico. Isto é, há lançadeiras diferentes (adequada a cada trabalho), pois há variados tipos de vestuários (finos, grossos, de lã ou de linho), mas todas essas lançadeiras devem conter a forma da lançadeira em si. Sobre essa forma específica, assim como também a presença das Ideias ou Formas aqui no *Crátilo*, falaremos um pouco mais a frente.

Analogamente, os *nomothetai* deverão ter os olhos focados no nome em si mesmo (*ekeino ho estin onoma*) para bem realizar a sua atividade. Sócrates endossa aqui a ideia de que cada coisa possui um nome adequado por natureza e que os *nomothetai* devem articular os sons e as sílabas existentes para seguir a nomeação que a natureza propõe. E Sócrates diz que apesar dos diferentes *nomothetai* existentes entre os gregos e os bárbaros trabalharem com sons e sílabas diferentes, estes formarão corretamente os nomes se tiverem em vista a forma do nome, que é a mesma para todos e independente dos dialetos ou línguas. Ou de outro modo, as diferenças entre as línguas não interferem no julgamento sobre a formação dos nomes, pois o que interessa é saber se o *nometheta* levou em consideração o nome adequado por natureza.

Platão parece indicar aqui que é a Forma dos nomes que assegura a estabilidade do significado dos nomes, independente dos símbolos utilizados. Um pouco mais a frente no diálogo (384a-b), quando Hermógenes pede para Sócrates elucidar o significado dessa correção natural dos nomes, Sócrates faz uma comparação entre a *dynamis* dos remédios e a *dynamis* das palavras: embora existam drogas com características distintas, parecendo por isso serem drogas com efeitos distintos, para o médico conhecedor das constituições das drogas, estas diferenças não geram alteração na *dynamis* de uma droga, ou seja, determinados remédios podem ser constituídos por composições diferentes, mas isto não altera os efeitos que irão proporcionar, caso eles tenham por fim o mesmo efeito; no caso dos nomes acontece a mesma coisa, existem nomes que possuem letras ou sílabas diferentes, mas que possuem uma mesma *dynamis*. Diz Sócrates:

*“E talvez encontrássemos muitos outros (nomes formados por letras e sílabas diferentes mas com um mesmo significado), diferentes entre si no que diz respeito às sílabas e às letras, mas exprimindo o mesmo poder (dynamis).”*⁷⁵

E, então, o que garantiria esta mesma *dynamis* seria a Forma do nome que é a mesma para todos os nomes que se referem ao mesmo ser.

Dando andamento à análise da argumentação, como apontado em **III.5**, Sócrates apresenta uma outra figura que participa desse processo de formação dos nomes. Segundo ele, é preciso que haja alguém que possa julgar o trabalho do *nomotheta* e Sócrates se pergunta: no que diz respeito a todas as artes, quem é o mais capacitado a julgar uma produção, o que produz ou o usuário do produto? O usuário, responde Sócrates. Então, em todas as atividades será quem utiliza o produto em questão que melhor saberá julgar a produção, no caso dos nomes, Sócrates diz que é aquele que melhor sabe dialogar, ou seja, quem sabe tanto formular questões como respondê-las. Eis que surge a figura do dialético⁷⁶, nas palavras de Sócrates: “[...] o trabalho do legislador dos nomes é fazer um nome, tendo o dialético a supervisioná-lo, se quer que os nomes sejam bem postos.”⁷⁷

⁷⁵ 394c.

⁷⁶ Para maiores detalhes sobre a figura do dialético (usuário dos nomes) em relação ao *nomotheta* (produtor dos nomes), ver o artigo *Le moment théorique de l'activité dialectique* de Antonia Soulez. Ver, também, Goldschmidt p.84-90.

⁷⁷ 390d.

E desse modo, Sócrates, como já falamos anteriormente, exclui o convencionalismo de Hermógenes como um pretendente à verdadeira teoria sobre a correção dos nomes, pois para formar estes é preciso ser um artesão (possuir uma técnica específica) que consiga aplicar a forma dada por natureza a cada nome às letras e sílabas. Por conta disso, podemos pontuar esse momento do diálogo como sendo o fim da análise e refutação da tese de Hermógenes. O que se segue é uma tentativa de exemplificar a ideia de que há uma relação direta entre a natureza das coisas e os nomes. Para atingir tal fim, Platão fará com que Sócrates se dedique a uma longa análise de diversos nomes. Sobre essa seção das etimologias, falaremos, brevemente, um pouco mais a frente.

Faremos, agora, uma análise mais detalhada dos argumentos e ideias expostas por Platão nesse terceiro e último movimento na refutação da tese de Hermógenes.

Para termos uma clara compreensão do que é dito por Platão aqui, é necessário tratar cuidadosamente da analogia apresentada e da aparição das Formas.⁷⁸ E por conta disso, há entre os comentadores uma variedade de interpretações que tentam, cada um a seu modo, revelar o valor da analogia e o papel das Formas nesse estágio do pensamento platônico.

Goldschmidt, por exemplo, fala de dois critérios que servirão para elucidar o modo como as Formas aparecem no *Crátilo*: a terminologia e a restrição do mundo das Formas. O primeiro critério diz respeito ao uso de termos ou expressões como *eidos*, *ideia* e *auto ho estin kerkis* - correntes na apresentação da existência das Formas em diálogos como *Banquete* e *Fedro* - que poderiam comprovar a presença das Formas no *Crátilo*. O segundo critério trata sobre a existência ou não de Formas dos objetos artificiais ou fabricados, e esse fato serve para tentar localizar em qual momento o *Crátilo* encontra-se na formulação platônica da teoria das Formas (seguindo a perspectiva evolucionista do pensamento platônico).

⁷⁸ Vale ressaltar que esse não é o único momento do diálogo onde encontramos uma argumentação que trata das Formas ou Ideias. Como veremos, na refutação da tese de Crátilo (439b-fim), Sócrates falará, contra o ideia do mobilismo absoluto, da necessidade de existir uma essência fixa e estável que possibilite o conhecimento, caso contrário, qualquer tipo de conhecimento não seria viável num mundo no qual as coisas estejam em eterna mudança.

Com relação à terminologia, o autor considera que a presença de determinados termos no diálogo faz comprovar que as Formas estão em questão aqui, mas isso não nos auxilia na compreensão do estatuto dessas Formas no *Crátilo*. Ou ainda mais, o que faz a terminologia não ser algo relevante nas investigações sobre as Formas no *Crátilo* (assim como em outros diálogos), é o fato de que o emprego de termos técnicos relacionados às formas pode ser um indício favorável à presença da teoria da forma em um determinado diálogo, contudo, somente a comprovação da ausência de tais termos não é um argumento suficiente para afirmar o contrário.

Já em relação à Forma dos objetos fabricados – algo que o *Crátilo* indica, Goldschmidt avalia primeiro o testemunho de Aristóteles, que diz que não apenas os platonistas⁷⁹ não reconheciam as Formas dos objetos fabricados, como também Platão ele mesmo admitia apenas as Formas dos objetos naturais⁸⁰. E contra esse testemunho aristotélico, o autor, a partir de algumas análises de textos platônicos, principalmente o livro X da *República*, considera que Platão admite sim a existência das Formas dos objetos fabricados. Sobre isso, Goldschmidt diz o seguinte: “*Deste modo, até prova em contrário, nós manteremos como certo que Platão admitia, e não cessou de admitir, formas de objetos fabricados.*”⁸¹

Goldschmidt, então, faz uso de uma compreensão evolucionista do pensamento platônico para apresentar a teoria das Formas no *Crátilo*: o autor acredita que há uma aproximação bem nítida entre o *Crátilo* e o livro X da *República*, porém, no primeiro a teoria de que há um paradigma que rege o trabalho dos artesãos aparece como sendo inovadora, já no citado livro da *República*, surge como sendo pressuposta e de uma maneira mais consciente. Ou, de outro modo, a exposição do *Crátilo* serve como uma preparação para o que será formulado tanto no livro X da *República* quanto nos outros diálogos onde a teoria das Formas aparece. E Goldschmidt explica essa diferença da seguinte maneira: Platão, no *Crátilo*, estava ainda sob forte influência da *eupraxia* (daí a importância dada à analogia) socrática e é exatamente a partir

⁷⁹ Metafísica a 991b 5ssq., M. 5 1080a 5.

⁸⁰ Metafísica, L 3, 1070a 15-20.

⁸¹ “*Aussi, jusqu’à preuve du contraire, tiendrons-nous pour assuré que Platon admettait, et n’a cessé d’admettre, des formes d’objets fabriqués.*” Essai sur le ‘Cratyle’ p.72

desse conceito que Platão estabelece a necessidade de existir uma estabilidade universal da natureza das coisas, para com isso de uma vez por todas excluir o perigo do relativismo sofístico. Então, no *Crátilo* a teoria das Formas aparece como sendo fundamentada na noção *physis* ou de uma essência estável das coisas e ações, e, nesse diálogo, a estabilidade universal não é restrita apenas a realidades inteligíveis, mas é também determinante para as normas do mundo sensível. Isto explica por que há um foco na existência de uma forma-paradigma que sirva de modelo para a produção (e ação) de determinados artesãos.

Já na *República*, segundo Goldschmidt, Platão se utiliza da teoria das Formas não para estabelecer um paradigma na produção de objetos ou realização de ações, mas sim para estabelecer a Forma - uma sustentação ontológica ou lógica - dos objetos fabricados, e dessa maneira, na *República*, as Formas possuem uma independência em relação aos objetos sensíveis. O autor diz que no início da formulação platônica da Teoria das Ideias havia uma preocupação maior com o relativismo sofístico e a necessidade do estabelecimento de uma essência estável, e isso explicaria porque no *Crátilo* tal teoria tem uma perspectiva mais prática do que teórica (ou lógica). Tendo isso em mente, Goldschmidt diz que, ao contrário do que se possa imaginar, a existência das Formas dos objetos artificiais ou fabricados não é um empecilho para a teoria das Formas platônica, pelo contrário, essa ideia de um paradigma (para o trabalho dos artesãos) constituído a partir de uma natureza universalmente estável é como que uma base para a Teoria das Formas. Enfim, o autor em questão acredita que há estágios na evolução do pensamento platônico e no que diz respeito à teoria das Formas, o *Crátilo* estaria num momento inicial, explicando assim a presença da Forma de objetos fabricados. Nas palavras do autor:

*“Nós cremos, antes, que Platão, na época do Crátilo, estava ainda muito preocupado com o relativismo (dos sofistas e dos físicos), para fundar já uma teoria seletiva da estabilidade e para restringir a estabilidade da essência (386a), como ele fez mais tarde, apenas para os conceitos-essências. O Crátilo nos apresenta então a formação, a elaboração da teoria ulterior.”*⁸²

⁸² *“Nous croyons plutôt que Platon, à l’époque du Cratyle, était encore trop préoccupé du relativisme (des sophistes et des physiciens), pour fonder déjà une théorie sélective de stabilité et pour restreindre la stabilité de l’essence (386a), comme il l’a fait plus tard, aux seuls concepts-essences. Le Cratyle nous présente donc la formation, l’élaboration de la théorie ultérieure.”* P.82.

Percebe-se, então, que Goldschmidt entende que no *Crátilo* a Teoria das Formas está percorrendo os seus primeiros passos e abrindo caminho para o desenvolvimento que acontecerá nos diálogos ditos da fase média.

Outro autor que defende a ideia de que o *Crátilo*, principalmente em relação às Formas, traz bons indícios para a hipótese evolucionista do pensamento platônico é J.V Luce. Para este autor, o *Crátilo* é nitidamente um exemplo de um diálogo de transição do pensamento platônico, onde aos poucos Platão começa a formular sua própria filosofia, desvencilhando-se, então, das especulações e fundamentações socráticas. Luce, seguindo a argumentação de Goldschmidt⁸³, analisa a diferença entre o argumento do *Crátilo* e o da *República* em relação aos objetos fabricados e conclui que a teoria do *Crátilo*, por ser menos completa e menos clara, estaria num momento inicial de sua formulação. Já na *República*, a discussão aparece mais amadurecida e com uma maior consciência dos problemas existentes.

E para o autor, ainda, a pedra de toque para saber se a Teoria das Formas aparece de maneira completa é a presença ou não da ideia de separação das Formas em relação ao mundo sensível, isto é, se as Formas são transcendentais ou imanentes ao mundo sensível. Segundo Luce, essa separação não é encontrada de maneira nítida no *Crátilo* e isso faz com que não tenhamos a certeza se as Formas no diálogo são separadas ou não do mundo sensível. Para o autor, essa falta de certeza fez com que alguns comentadores, por um lado, defendessem que as Formas no *Crátilo* não são um mundo à parte e outros, por outro lado, que as Formas no diálogo são separadas do domínio das coisas sensíveis. O autor faz deste desacordo uma evidência de que o *Crátilo* é um diálogo da fase de transição do pensamento platônico, onde a constituição das Formas não está ainda formulada de maneira completa.

Todavia, isto não significa que para o autor a concepção de Forma surgida no *Crátilo* seja distinta da que aparece na *República* ou no *Fedro*; para ele todos estes diálogos comungam com a perspectiva de que as Ideias são os verdadeiros objetos de conhecimento; a diferença entre eles ocorre porque para Luce o que está em jogo é um processo de maturação da constituição das Formas; em um

⁸³ Como o próprio autor diz na nota 7 da página 23.

primeiro momento não há traços da separação entre as Formas e o mundo sensível, e ao longo do desenvolvimento de sua teoria, Platão sentiu a necessidade de dar a estas entidades uma existência independente do mundo sensível. No *Crátilo*, enfim, podemos notar esse processo de transição, em relação às Formas, em andamento e isto faz com que o autor entenda que em tal diálogo não há a certeza da separação entre as Formas e o mundo sensível ou as ações humanas. Acerca disso, o autor conclui o seguinte:

*“Eu argumentei que o khorismos não está em evidência no Crátilo, mas admiti que o palco está montado para ele surgir. Há na discussão sobre a técnica em 389a5-390e4 o germe para o argumento do ‘uno dos múltiplos’ para a existência das Ideias. O argumento em 439b10-final se aproxima do ‘argumento das ciências’, mas com uma ênfase na permanência mais do que na natureza não-sensível dos objetos do conhecimento. Estas duas passagens, então, exibem o pensamento platônico em um importante estágio de transição.”*⁸⁴

Diferentemente de Luce e Goldschmidt, Thomas Wheaton Bestor, em seu artigo *Plato’s semantics and Plato’s Cratylus*, acredita que o *Crátilo* é o primeiro dos chamados diálogos críticos de Platão, onde o filósofo começa a refletir, ou resolver alguns problemas, sobre determinados pontos de sua teoria, caso, por exemplo, do *Parmênides*. No caso do *Crátilo*, diz o autor, o que se tem em questão é o problema semântico da relação entre as Formas e os nomes sensíveis, entre as palavras e o mundo, entre outras coisas. Em suma, para Bestor Platão utiliza o mote da correção dos nomes para se colocar frente ao problema semântico entre os nomes e as coisas.

Ketchum, por sua vez, diz que para compreendermos o essencial da analogia não é preciso recorrer à ontologia platônica. Mais ainda, diferentemente de outros comentadores - como veremos, por exemplo, em Robinson - o autor entende que analogia não é ruim ou fraca⁸⁵, mas sim boa tanto quanto uma analogia pode ser. Ketchum resume a analogia em quatro considerações principais: 1) se uma coisa tiver a Forma de *x*, ela será *x*; 2) se uma coisa possuir

⁸⁴ “I have argued that khorismos is not in evidence in the *Cratylus*, but allowed that the stage is set for it to appear. The discussion of craftsmanship in 389a5-390e4 contains in germ the ‘one over many’ argument for the existence of the Ideas. The argument in 439b10-final approximates to the ‘argument from the sciences’, but with the emphasis on the permanence rather than on the non-sensible nature of the object of knowledge. These two passages therefore exhibit Plato’s thought at an important transitional stage.” *The theory of ideas in the Cratylus*, p.21.

⁸⁵ Apesar de, como nota o autor (p.138), ser nítida a desanalogia que há entre os nomes e as lançadeiras.

a Forma Própria (específica) de x , ela será um caso particular de x , ou seja, um x naturalmente adequado para um objetivo particular; 3) se alguém for capaz de olhar ou descobrir a Forma de x , saberá o que x é e o que é para ser x ; 4) se alguém der, ou souber como dar, a Forma de x a algum material, fará ou saberá como fazer x . Percebe-se, então, que o objetivo de tal analogia é simplesmente revelar a Hermógenes que a formação dos nomes não é simplesmente uma substituição arbitrária de nomes que possa ser realizada por qualquer sujeito. Pois, assim como há diferentes tipos de lançadeiras referentes a diferentes tipos de tecelagem, haverá nomes diferentes referentes a coisas distintas. Dessa forma, assim como uma lançadeira é projetada para realizar um determinado tipo de tecelagem, um nome é formado exclusivamente para uma coisa determinada. Tendo isso em mente, é preciso existir um especialista – conhecedor da natureza das coisas nomeadas e capaz aplicá-la aos nomes – que saiba utilizar as sílabas e letras existentes de acordo com a natureza da coisa a ser nomeada.

Além disso, o autor diz que o mais importante dessa argumentação é a apresentação platônica de uma teoria especial no que diz respeito à relação entre os significados e os nomes. Segundo Ketchum, é a Forma Própria⁸⁶ dos nomes que dá o significado dos mesmos, isto é, no momento em que o legislador dos nomes une as letras e sílabas a partir da Forma Própria de uma coisa, é que se estabelecem os significados dos nomes, de tal modo que se torna claro por que uma palavra é verdadeira para uma coisa e falsa para outra. Em relação à Forma Própria, o autor diz o seguinte:

*“A Forma Própria dos nomes é, então, o poder que o nome tem em revelar alguma coisa. Uma vez que este poder é o que faz o nome revelar o que ele de fato revela, este nada mais é do que o significado de um nome.”*⁸⁷

O autor nota, contudo, que a partir da analogia da lançadeira não podemos retirar uma teoria da significação. Apesar de parecer a intenção de Platão aqui formar tal teoria, o que temos sim é uma teoria parcial sobre os nomes, pela qual Sócrates tenta convencer Hermógenes de que não há uma relação convencional

⁸⁶ Brian Calvert, em seu artigo *Forms and Flux in Plato's Cratylus*, faz uma análise detalhada (p. 26-34) dessa Forma Própria em relação às Formas e aos objetos materiais. O autor em questão entende que a distinção entre essas partes é relevante para se compreender a intenção de Platão nesse momento do diálogo. Porém, o fato de essa distinção não ser tão nítida no *Crátilo*, pode, para o autor, comprovar que o *Crátilo* está em um momento inicial de formulação da Teoria da Forma platônica.

⁸⁷ “*The Proper Form of a name then is the power a name has of revealing something. Since this power is just what makes a name reveal what it in fact reveals, it is just the meaning of a name.*” P.142.

entre os nomes e as coisas nomeadas. Ou, de outro modo, Platão tenta, nesse momento do diálogo, fazer com que Hermógenes perceba que o significado de um nome é uma propriedade essencial deste, por isso, não podemos fazer com que o nome ‘cavalo’ seja usado para se referir aos homens.

Por fim, gostaríamos de trazer mais duas interpretações com relação a esse último movimento de Sócrates na refutação da tese de Hermógenes. Ainda no que diz respeito ao modo como as Ideias aparecem no diálogo e ao papel dessas frente à questão da linguagem, Kahn diz que o *Crátilo* é um diálogo da fase média do pensamento de Platão, sendo, por isso, próximo da *República*, *Banquete* e *Fedro*. Então, para Kahn, o modo como as Formas surgem no *Crátilo* tem que ser compatível com o desenvolvimento dessa teoria em tal estágio do pensamento platônico, ou seja, não pode haver diferenças essenciais na apresentação das Formas entre esses diálogos. E no *Crátilo*, as Formas surgem inicialmente, na refutação da tese de Hermógenes via Protágoras, como sendo as entidades estáveis e independentes dos sujeitos que possibilitam a existência e o nosso conhecimento acerca das coisas. Contudo, com o desenvolvimento do diálogo, surgem algumas características surpreendentes para o autor em relação às Formas: primeiro, não há um contexto metafísico e parmenídico como no *Fedro* ou nos livros centrais da *República*; depois, contrastes entre ser e devir, realidade inteligível e imagens sensíveis, não aparecem; e por fim, não há qualquer indicação do modo de relação (participação ou imitação) entre as Formas e o mundo sensível. Segundo Kahn, estas características fizeram com que alguns autores pensassem as Formas no *Crátilo* como não sendo transcendentais, porém isso é um equívoco para o autor.

Primeiramente, em relação ao problema da aceitação da Forma de objetos fabricados (só encontramos algo parecido em Platão na *República*), ele diz que a analogia com a lançadeira utilizada por Platão no *Crátilo* para apresentar a estrutura da formação dos nomes é apropriada, pois ambas são fabricações humanas. Depois, Kahn diz que tanto no *Crátilo* quanto no livro X da *República*, onde estão em questão os objetos fabricados, encontramos versões mais generalizadas da Teoria da Formas e o autor acredita que essa generalização, no caso do *Crátilo*, se faz necessária porque nesse diálogo Platão pretende

apresentar as Formas como sendo o alicerce imprescindível para a fundação de uma teoria geral da linguagem, ou como diz o próprio autor:

“[...] como base para a significação e para a verdade. Para explicar o discurso verdadeiro, Platão deveria mostrar como as palavras poderiam se ligar à realidade. Ele introduz, então, a noção das Formas das palavras.”⁸⁸

Por conta disso, Kahn diz que a Forma de uma palavra nada mais é do que o seu significado, isto é, aquilo que permanece sempre o mesmo independente das diferenças linguísticas. Um animal como o cavalo, por exemplo, possui nomes diferentes em cada uma das línguas existentes, mas o que se mantém igual nessas diferenças é a referência a uma única espécie natural de cavalo. E é a Forma dos nomes, o significado, que possibilita que nomes diferentes façam referência a uma única espécie natural. E Platão exemplifica isso quando (393a-d) fala da equivalência de nomes como Astíanax e Heitor que, apesar de possuírem formas distintas, significam a mesma coisa (*skhedon ti tauton semainein*), no caso, nomes que fazem referência a poder ou realeza. E mais, para o autor Platão pretende no *Crátilo* estabelecer que é por conta da relação com a realidade estável das Formas que podemos identificar e qualificar as coisas.

Kahn, finalmente, acredita que essa Forma dos nomes não pode ser pensada de maneira nenhuma como sendo imanente, pois seria como pensar que estas Formas fossem apenas figuras acústicas ou perceptíveis das palavras. Para o autor, Platão apresenta como podemos unir os termos gerais ou universais às espécies naturais e culturais, de modo que as Formas das palavras, compreendidas aqui como sendo os significados, devem ser transcendententes. Esta é o que Kahn chama de teoria positiva em relação à linguagem que podemos retirar do *Crátilo*.

Por último, traremos a última argumentação de Robinson para demonstrar que os argumentos expostos por Platão a favor do naturalismo são mais fracos do que os a favor do convencionalismo. Esse autor diz que, primeiro, Platão sustenta o seu terceiro argumento contra o convencionalismo em uma analogia

⁸⁸ “[...]comme base pour la signification et pour la vérité. Pour expliquer le discours vrai, Platon devait montrer comment le mots peuvent s’attacher à la réalité. Il introduit donc la notion des Formes des Mots.”⁸⁸ *Les mots et les Formes dans le Cratyle de Platon*, p.100.

que pode facilmente ser negada. Para Robinson, existem dois tipos de instrumentos: os fabricados, como a lançadeira que fabricamos antes de utilizar, e os naturais, como a mão que pertence a nossa constituição biológica ou física. Os nomes, segundo Robinson, estariam mais próximos do segundo tipo de instrumento, ou seja, algo que não construímos, mas sim de que apenas fazemos uso. Contudo, essa analogia com os instrumentos naturais tampouco é boa e o autor diz que os nomes pertencem a um terceiro tipo de grupo, que não é nem natural nem fabricado, mas sim cultural. Robinson revela que, ao comprovarmos a fragilidade dessa analogia, todo o argumento necessariamente é posto em questão.

Outro equívoco que Robinson vê nesse argumento é quando o personagem Sócrates nos fornece a função dos nomes: a instrução e a separação dos seres. O autor em questão diz que o equívoco está no fato de haver uma confusão entre a ação de um nome e a ação de uma declaração: o nome é utilizado para nos referirmos a uma coisa, ou seja, fabricamos nomes de objetos ou coisas para que possamos nos referir a tal coisa, e quando usamos um nome não fazemos mais do que invocar tal objeto; já uma declaração é uma união de diversos nomes (entendidos aqui no seu sentido mais geral, ou seja, verbos, substantivos e adjetivos) que fazem uma descrição de um objeto e esta descrição só é possível quando há nela um nome que faça referência a um objeto. Então, o papel dos nomes não é descrever algo, mas sim apenas se referir a algo, pois é somente através das declarações que descrevemos algo. Em função disso, para Robinson, afirmar que os nomes são instrumentos utilizados para a instrução e separação dos seres é um erro tanto quanto dizer que o carburador é o instrumento utilizado por nós para nos transportarmos pela cidade, pois:

“[...] o uso da declaração é informar um ao outro, e distinguir como as coisas são, e o nome é parte da declaração; mas o uso do nome não é o uso da declaração.”⁸⁹

Assim, Robinson conclui que os argumentos apresentados por Platão a favor do naturalismo, na refutação da tese de Hermógenes, são menos convincentes que os apresentados a favor do convencionalismo, na refutação da

⁸⁹ “ [...] the use of the statement is to inform each other and distinguish how things are, and the name is part of the statement; but the use of the name is not the use of the statement.” P.336.

tese de Crátilo, e isto, para o autor, é um sinal de que Platão está mais inclinado ao convencionalismo no que diz respeito aos nomes.

Vimos algumas das interpretações existentes desse último movimento da refutação feita por Sócrates da tese de Hermógenes. Nossa intenção era apresentar a diversidade de opiniões existentes em relação a esse momento do diálogo, na tentativa de enriquecer a discussão sobre o *Crátilo* e as considerações finais que realizaremos mais a frente.

Se o diálogo terminasse aqui, poderíamos sem problemas dizer que Platão defende o naturalismo com relação aos nomes e que as Formas, como diz Kahn, surgiram como uma necessidade para estabelecer os critérios de verdade e correção da linguagem; e toda a analogia serviria para demonstrar como os nomes funcionam e qual é a sua utilidade. Contudo, o diálogo não acaba aqui e podemos dizer que Platão, a partir desse momento, realiza duas ações: primeiramente, o naturalismo dos nomes é posto em prática numa análise detalhada de alguns nomes (as etimologias), com a finalidade de comprovar a possibilidade de haver uma relação direta entre os nomes e a natureza das coisas nomeadas; e por fim, após esse exame do naturalismo, percebem-se algumas falhas e, então, Sócrates entra em diálogo com Crátilo para realizar a refutação da tese naturalista.

Antes de analisarmos como Sócrates realiza a refutação do naturalismo, faremos, agora, um breve comentário sobre a polêmica seção das etimologias.

Como dissemos no início do presente capítulo, o fato de Platão ter dedicado grande parte do *Crátilo* a uma série de etimologias (396d-421c), onde poucas são consideradas aceitáveis ou sérias, fez com que muitos autores dessem um valor irônico e pouco filosófico a todo o diálogo. Não entraremos nos meandros da seção etimológica e tampouco nas discussões existentes na extensa lista de comentários acerca dessa parte do diálogo. O que pretendemos é fazer um resumo do modo de desenvolvimento da seção etimológica e tentar refletir sobre a intenção de Platão ao produzir essa parte do diálogo.

Depois de refutar o convencionalismo de Hermógenes e parecer ser a favor de uma correção natural dos nomes tal qual Crátilo, Sócrates é incentivado

(391a) por Hermógenes a explicar melhor o seu pensamento. A partir de então, podemos dizer que a etimologia⁹⁰ pode ser tomada como sendo o método⁹¹ escolhido pelo filósofo para tornar mais persuasiva, ou melhor, comprovar a ideia de que os nomes representam a natureza das coisas nomeadas. Sócrates fala (391d), ainda, que é de Homero e de outros poetas que devemos retirar os ensinamentos acerca dos nomes. Além dessa passagem, vemos Sócrates em alguns momentos falar do modo de desenvolvimento desse método, como em 397b-c, onde é dito que serão deixados de lado alguns nomes formados sem qualquer adequação por nossos antepassados, pois:

“Parece-me mais provável que descobramos os nomes correctamente atribuídos naqueles seres aos quais pertence por natureza permanecerem sempre; porque é aí que o estabelecimento dos nomes se distingue por ter sido mais sério.”

E logo depois de analisar alguns nomes, Platão escreve o seguinte:

“Sócrates - [...] pondo à prova este saber que agora me chegou subitamente, sem que eu saiba de onde, para ver se ele sucumbe ou se mantém.

Hermógenes – Na realidade, ó Sócrates, parece-me simplesmente que começaste de repente a pronunciar oráculos, à semelhança dos inspirados pelos deuses (enthousiontes exaiphnes khresmodein).

Sócrates – E é sobretudo a Êutifron de Prospaltos, ó Hermógenes, que atribuo a causa de me ter voltado para aí; pois desde manhã cedo estive muito tempo com ele, a escutá-lo. É portanto possível que, estando ele inspirado (enthousion), não só me enchesse os ouvidos de sabedoria divina (daimonias sophias), mas também se tivesse apoderado da minha alma.”⁹²

Platão parece querer indicar nessa passagem que Sócrates não está em seu estado normal de consciência - ou abandona o terreno da dialética para se aventurar em um domínio estranho, como diz Goldschmidt⁹³ - e que o próprio método etimológico, comum na época principalmente entre os sofistas, não era algo que Sócrates aplicava em suas investigações. Essa referência a um caráter sobrenatural de tal investigação pode ser, também, um indício da natureza irônica de toda a passagem.

⁹⁰ Esta palavra não surge em nenhum momento do diálogo.

⁹¹ Thomas G. Rosenmeyer, em seu artigo *Name-Setting and Name-using: elements of Socratic foundationalism in Plato's Cratylus*, analisa (p.46-48) se o que Platão faz no *Crátilo* deve ser tomado como sendo uma análise etimológica, no sentido que temos hoje.

⁹² 396c-e.

⁹³ P.106. Para outras interpretações sobre essa inspiração de Sócrates por parte de Eutifron, ver páginas 106-109 de Goldschmidt.

Autores como Weingartner, Simon Keller e Baxter acreditam que Platão utiliza a seção das etimologias para ridicularizar alguns teóricos da linguagem de seu tempo e de um passado recente, ou ainda, que Platão pretende, nessa paródia ou sátira de algumas ideias, revelar os erros de um método não fundamentado que visa uma investigação filosófica. Ou seja, para esses autores Platão utiliza a etimologia para expor os próprios limites desse método numa investigação filosófica.

Já David Sedley e Rachel Barney não encaram a seção das etimologias como sendo apenas irônica. Sedley, de maneira resumida, diz que o método etimológico não é totalmente estranho ao pensamento de Platão e que o fato de nenhum comentador antigo – os mais próximos do tempo de Platão – ter analisado as etimologias apresentadas no *Crátilo* como sendo irônicas é uma evidência de que Platão toma as etimologias com seriedade. Já Barney utiliza, também, o argumento de que Platão faz uso do método etimológico, sem um contexto irônico, em outros diálogos (por exemplo, *Leis* 957c e 714a); além disso, a autora diz que podemos entender as etimologias do *Crátilo* como sendo um método subdialético utilizado com uma finalidade persuasiva.

E Goldschmidt deixa de lado a questão se Platão está sendo irônico ou não e diz que a seção etimológica do *Crátilo* tem um caráter enciclopédico e eclético onde Platão expõe, de maneira direta e indireta, ideias de importantes pensadores gregos como: Protágoras, Anaxágoras, Demócrito, Empédocles, Homero, Heráclito e Crátilo. Através dessa exposição, Platão revela os pontos fracos das teorias desses autores.

No decorrer dessa seção, Sócrates trata de diversos nomes, analisando suas partes constituintes, que podem ser divididos nos seguintes grupos: 1) análise dos nomes de heróis, deuses e palavras como *theos*, *daimon* etc. (400e-408d); 2) nomes de astros e de fenômenos naturais como o sol, lua etc. (409a-410e); 3) noções morais como *phronesis*, *noesis*, *sophrsyne* etc. (411c-421c).

Um fato que acreditamos ser de importância para a compreensão dessa seção etimológica no desenvolvimento do diálogo é o de que, ao longo das análises dos nomes, Sócrates faz menção à concepção de que as coisas estão em um fluxo perpétuo. Ou seja, Platão faz uma relação direta entre o método

etimológico e a tese do mobilismo, de tal forma que esta tese surge como sendo a base para o desenvolvimento etimológico. Como nota Goldschmidt, esse fato fica ainda mais nítido quando percebemos que, ao longo de toda a seção, Platão cita alguns autores que, de certa maneira, sustentaram a tese do fluxo perpétuo: Anaxágoras (400a, 409a, 413c), os Órficos (400c), os poetas (397e, 402b), Heráclito (402a), os exegetas de Homero (407b) e os teólogos (399e). Essa relação fica explícita em passagens como 402a-c e 411b-c; nesta última é dito o seguinte:

“[...] mas julgo não ter feito más conjecturas quando agora mesmo supôs que aqueles homens muito antigos, aqueles que estabeleceram os nomes, fizeram praticamente como faz agora a maioria dos sábios que, revolteando uma vez e outra, à procura daquilo que são os entes, ficam com vertigens, e depois parece-lhes que as próprias coisas revolteiam e que estão em constante movimento. E não atribuem a causa desta opinião à sua afecção interior, mas à natureza das próprias coisas, nas quais nada há de estável e seguro, já que todas elas fluem constantemente e estão em movimento e estão todas cheias de mobilidade e de gerações.”

Então, podemos dizer que Platão tem em vista, na seção das etimologias, revelar os limites do método investigativo que tem por base a teoria do fluxo perpétuo. Isto é, Platão já está construindo as bases para a refutação da teoria de Crátilo, que é um personagem histórico que, segundo o testemunho de Aristóteles⁹⁴, era um seguidor de Heráclito e, também, o primeiro mestre de Platão. Goldschmidt⁹⁵, aliás, acredita que na seção das etimologias Platão está expurgando os ensinamentos de Crátilo. Enfim, acreditamos que Platão nas etimologias tenta deixar claro (através da inspiração) a distância que há entre este método investigativo e o pensamento de Sócrates, e, ao fazer uso de tal método, Platão pretende revelar os limites⁹⁶ e expor as bases pouco seguras do método em questão.

Passaremos, agora, para a refutação e análise do naturalismo cratiliano.

⁹⁴ *Metafísica*, III 5, 1010a 12-13.

⁹⁵ P.141-142.

⁹⁶ Um caráter deficiente de uma tal ciência que visa estudar tecnicamente a linguagem, com diz